

Da Paisagem ao Monte Alentejano – “O Monte do Convento” em Alvito

Beatriz Serras Rocha Garção Truta

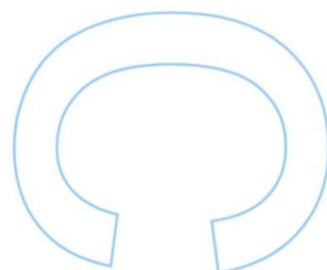
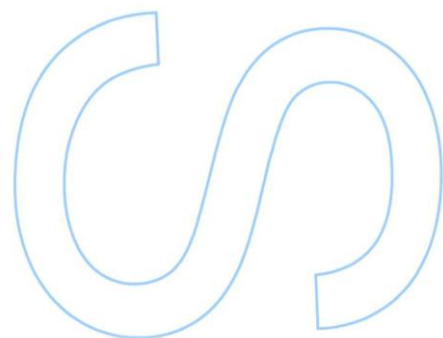
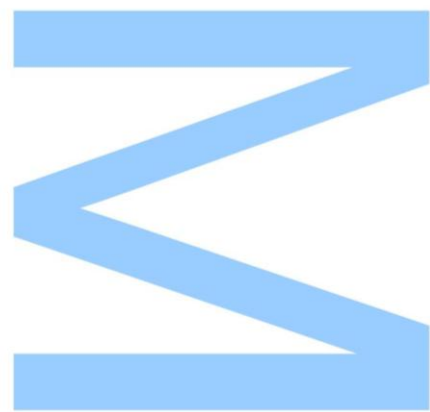
Arquitetura Paisagista
Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território
2016

Orientador

Teresa Dulce Portela Marques, Professora Auxiliar, Faculdade de Ciências da
Universidade do Porto

Coorientador

Luís Guedes de Carvalho, Arquiteto Paisagista, Atelier do Beco da Bela Vista

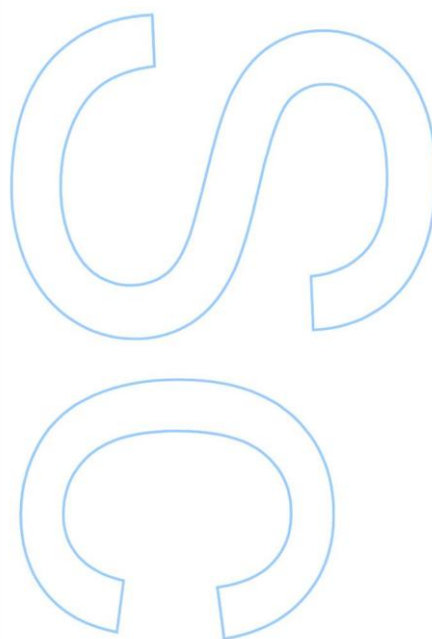
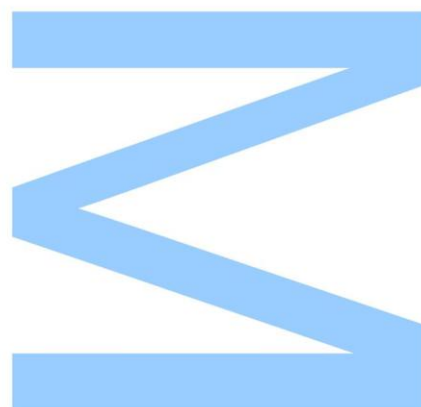




Todas as correções determinadas pelo júri, e só essas, foram efetuadas.

O Presidente do Júri,

Porto, ____/____/____



AGRADECIMENTOS

A elaboração do presente trabalho, que simboliza o final de mais uma etapa na minha vida, contou com o apoio de muitas pessoas, às quais dedico as seguintes palavras de agradecimento.

À minha família, em particular aos meus pais, por me ensinarem e incentivarem a dar o melhor de mim transmitindo sempre a sensação de nunca ter de o fazer sozinha. À minha irmã, cuja capacidade de melhorar os meus dias se tornou um fator determinante em momentos de maior dificuldade. À minha madrinha e tio que acompanharam o meu percurso na linha da frente, ajudando a tornar possíveis momentos de grande crescimento a nível pessoal e académico.

Aos amigos mais próximos e colegas de curso com os quais partilhei experiências e momentos de alegria que foram enriquecendo os cinco anos do curso.

Ao professor Jorge Gaspar, ao professor Mário Fortes e ao arquiteto José Baganha pelos conselhos e conhecimentos partilhados acerca do Alentejo e sua paisagem.

Ao senhor José Barroso que tão carinhosamente me acompanhou na visita ao Alvito, partilhando os vastos conhecimentos que possui sobre a região. Um forte agradecimento também aos seus grandes amigos, donos de propriedades agrícolas, que tão gentilmente abriram as suas portas e responderam às minhas perguntas permitindo uma experiência enriquecedora e insubstituível para a elaboração do trabalho.

À equipa do Atelier do Beco da Bela Vista, arquiteto Francisco Guedes de Carvalho, arquitetos paisagistas Nuno Costa, Maura Silva e em particular Luís Guedes de Carvalho por todo o apoio, mas principalmente pela oportunidade única de aprendizagem que me proporcionaram durante o estágio curricular.

Termino com o agradecimento à professora Teresa Marques, pela transmissão de conhecimentos, desafios lançados e empenho na procura de diferentes formas de melhorar este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho procura elaborar uma proposta de intervenção de Arquitetura Paisagista ao nível de estudo prévio para o “Monte do Convento”, em Alvito. Esta propriedade privada corresponde a um dos muitos “Montes” que compõem a paisagem alentejana e tem a particularidade de acolher um convento.

Numa paisagem dominada pela produção agrícola destacam-se os “Montes”, grandes propriedades produtivas que se tornaram a base do sistema produtivo alentejano e que sofreram várias mudanças ao longo dos tempos enquanto reflexo da conjuntura social e económica do país bem como da Europa. Todos os “Montes” são casos únicos, que variam ao nível da complexidade, dimensão e até função. Ainda assim, no seu conjunto, são considerados uma tipologia de habitação ao nível da arquitetura popular nacional. Desta forma o trabalho incluiu também um estudo da paisagem alentejana a várias escalas.

O conceito principal da proposta visa aliar a componente produtiva a um jardim de recreio cujo desenho é definido por percursos de água, tirando partido das pré-existências do local. Pretende-se assim atingir uma proposta de intervenção inspirada na imagem da paisagem alentejana, procurando também recuperar o valor que a propriedade terá tido em tempos de anteriores ocupações.

Palavras-chave

Paisagem; Alentejo; Monte; Convento; Recuperação

ABSTRACT

The current thesis presents a Landscape Architecture proposal for “Monte do Convento”, in Alvito. This property is one of many *Montes* that are part of Alentejo’s landscape, and it has the peculiarity of hosting a monastery.

In a landscape dominated by agricultural production, the *Montes* stand out as big farming properties that became the base of Alentejo’s agricultural system, which has suffered several changes through time as an outcome of the Portuguese and European economic and social evolution. Every *Monte* is unique, varying in complexity, dimension and even function. Nonetheless, they are considered as a habitation typology in Portugal. This work also includes a multilayered study of Alentejo’s landscape.

The main concept of the project is to ally the agricultural component with a recreational garden, with its organization influenced by water paths, and taking advantage from the pre-existing elements. The objective is to achieve an intervention proposal inspired by the landscape, and aiming to restore the value that the property once had.

Key Words

Landscape, Alentejo, Monte, Monastery, Recuperation

ÍNDICE

1. Introdução.....	13
1.1 Tema.....	13
1.2 Objetivos	15
1.3 Metodologia de trabalho	15
2. Da Paisagem ao Monte.....	17
2.1 Paisagem Natural do Alentejo	17
2.1.1 Clima	17
2.1.2 Relevo e Geologia	18
2.1.3 Hidrografia	19
2.1.4 Vegetação Espontânea.....	19
2.2 Paisagem Cultural.....	20
2.2.1 Evolução da Paisagem	20
2.2.2 A Paisagem da região de Alvito	24
2.2.3 A Especificidade do Monte Alentejano	28
2.2.4. Arte Paisagista no Alentejo – cercas conventuais e Quintas de recreio	34
3. O “Monte do Convento” e Programa de Intervenção	38
3.1 O “Monte do Convento”	38
3.1.1 Enquadramento Legal.....	40
3.1.2 Caracterização do “Monte do Convento”	41
3.2 Programa Base de Intervenção	45
4. Proposta de Intervenção para o “Monte do Convento”	47
5. Conclusões	58
6. Referências Bibliográficas.....	59
7. Anexos.....	62

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

- 1 | A região do Alentejo, respetivas divisões administrativas e o concelho de Alvito13
(Imagem base: Google Earth Pro; Conteúdo informativo: PROT, Alentejo; Processamento de imagem: Adobe Illustrator)

- 2 | Identificação da área da propriedade sobre excerto da carta militar 488 (série M888) 14
Fonte: IGEO; Cedido por: Atelier do Beco da Bela Vista; Processamento da imagem: Adobe Illustrator

- 3 | Mapa morfo-estrutural de Portugal; Região de Alvito marcada pela presença de granito e xisto18
Fonte: Ribeiro, Orlando.; Lautensach, Hermann.; Dauveaus, Suzanne. (2004), Geografia de Portugal I - A Posição geográfica e o Território;(6ªedição) Lisboa: Sá da Costa; Página 27

- 4 | Mapa das regiões Hidrográficas de Portugal. Identificação dos principais rios Sado, Mira, Guadiana e Xarrama e das Ribeiras do Roxo, Alcáçovas e Odivelas,entre as quais se situa o Monte do Convento19
Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente; Processamento da imagem: Adobe Illustrator

- 5 | Concelho de Alvito (sem escala definida)25
Imagem base: Google Earth Pro; Processamento da imagem: Adobe Illustrator

- 6 | Malhas urbanas de Vila Nova de Baronia e Alvito, respetivamente. Organização nucleada com malhas bem definidas facilitando a sua identificação na paisagem26
Fonte: Google Earth Pro

- 7 | Demarcação das unidades de paisagem: (1) Q -Terras do Sado”, Unidade 97 - Montados da Bacia do Sado; (2) R - Alentejo Central”, Unidade 108 “Terras de Viana-Alvito; (3) S- Baixo Alentejo”, Unidade 110 – Terras Fortes do Baixo Alentejo (sem escala definida).....27
(Fonte da imagem base: Google Earth Pro; Informações acerca das unidades de paisagem: Contributos para identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental, realizado pela DGOTDU; Processamento da imagem: Adobe Illustrator)

- 8 | Estudo da paisagem da região de Alvito. Identificação das principais linhas de água, centros urbanos e ainda “Montes”, “Herdades” e “Hortas” (sem escala definida)27
(Fonte da imagem base: Gogle Earth Pro; Informação obtida a partir da análise de cartografia militar série M888; Processamento da imagem: Adobe Illustrator) – Ver anexo 1 imagem à escala 1:160000)

- 9 | Dados obtidos através do levantamento das toponímias “Monte”, “Herdade” e “Horta” na área de estudo previamente referida.....27
(Fonte da informação: Cartografia militar, série M888)

- 10 | Edifícios de habitação, de apoio agrícola e terreiro no Monte São Bento da Serra, Alvito.....29
(Fotografia do autor, Junho 2016)

11 Caminho agrícola com 3m em Avispargos, Alvito.....	29
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
12 Caminho periférico no Monte São Bento da Serra	29
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
13 Montado, Amieira.....	30
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
14 Oliveira milenar, Santa Lúzia, Alvito	30
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
15 Vinha, Alvito	30
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
16 Tanque de rega na propriedade da Avispargos, Alvito	31
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
17 Estrutura hidráulica no Monte São Bento da Serra, Alvito	31
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
18 Tanque em propriedade agrícola, Alvito.....	31
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
19 Poço na propriedade de São Romão, Alvito.....	31
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
20 Charca em propriedade agrícola, Portel.....	32
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
21 Charca em propriedade agrícola, Alvito	32
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
22 Sebe de limite de propriedade com <i>Agave americana</i> , Alvito.....	32
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
23 Entrada do Monte São Bento da Serra, Alvito	33
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
24 Entrada do Monte da Carrasca, Alvito.....	33
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
25 Entrada Convento de São Francisco de Portel.....	35
(Fotografia do autor, Junho 2016)	
26 Pérgula em alvenaria de pedra rebocada e caiada em Água de Peixes, Alvito	37
(Cedido por: Arquiteta Paisagista Teresa Marques)	
27 Imagem aérea da propriedade do Monte do Convento	38

(Imagem base: Google Earth Pro; Processamento da imagem: Adobe Illustrator)

28 Imagem aérea do convento, anexos agrícolas e respetivas coberturas. Identificação dos seus usos originais e/ou atuais:	39
(Cedido por : Atelier do Beco da Bela Vista)	
29 Imagem aérea do convento e anexos agrícolas	40
(Cedido por : Atelier do Beco da Bela Vista)	
30 Síntese das condicionantes apresentadas pelo PDM na proximidade da propriedade.	41
(Fonte: PDM; Imagem base: Google Earth Pro; Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	
31 Carta de Hipsometria da propriedade do Monte do Convento	42
Fonte imagem base: Google Earth Pro; Dados obtidos a partir AutoCAD Civil 3D através das ferramentas relativas ao Modelo Digital 3D do terreno	
32 Carta de Declives da propriedade do Monte do Convento	42
Fonte imagem base: Google Earth Pro; Dados obtidos a partir AutoCAD Civil 3D através das ferramentas relativas ao Modelo Digital 3D do terreno	
33 Ermida dos Reis, em ruínas	43
(Fotografia do autor, Março 2016)	
34 Nora, Lago e Anexo, em ruínas.....	43
(Fotografia do autor, Março 2016)	
35 Tanque de rega.....	43
(Fotografia do autor, Março 2016)	
36 Passagem hidráulica.....	43
(Fotografia do autor, Março 2016)	
37 Olival.....	44
(Fotografia do autor, Março 2016)	
38 Vegetação no limite sul da propriedade	44
(Fotografia do autor, Março 2016)	
39 Plano geral para o Monte do Convento	47
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop e Adobe Illustrator)	
40 Zonamento da proposta de intervenção com identificação do convento, das manchas de vinha, olival, orla, galerias ripícolas, jardim de recreio e entradas	47
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop e Adobe Illustrator)	
41 Simulação – Alameda de entrada na propriedade.....	48
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	

42 Excerto do Plano Geral da área correspondente aos edifícios	49
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	
43 Alçado do pátio de receção ao convento e pormenores altimétricos	50
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	
44 Excerto do Plano Geral, correspondente ao Jardim de Recreio	51
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	
45 Simulação – Vista a partir do 1º andar do convento.	52
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	
46 Simulação – Vista da charca para o convento, pomar e mata	52
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	
47 Simulação - Vista para o convento, clareira, canaleta em plataformas e pérgula.....	53
48 Simulação – Galeria ripícola e passagem hidráulica	55
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	
49 Esquema de circulação na propriedade e relação entre a vegetação e os percursos	56
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop e Adobe Illustrator)	
50 Simulação Percurso periférico.....	57
(Imagem do autor - Processamento da imagem: Adobe Photoshop)	

1. Introdução

1.1 Tema

O presente trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado em Arquitetura Paisagista foi realizado ao longo do estágio curricular que teve lugar no Atelier do Beco da Bela Vista, no Porto. Durante o estágio, que decorreu de dezembro a junho do ano letivo 2015/2016, vários foram os projetos desenvolvidos dos quais se destaca o projeto para o “Monte do Convento” no Alentejo, base de estudo para o presente trabalho.

O Alentejo corresponde à porção geográfica de Portugal Continental localizada entre o Rio Tejo e a Serra Algarvia, ocupando cerca de um terço do território português, sendo por isso, a região mais vasta do país, mas também a menos povoada. Administrativamente é composto pelas seguintes NUTS III (imagem 1): Lezíria do Tejo (A), Alto Alentejo (B), Alentejo Central (C), Alentejo Litoral (D), Baixo Alentejo (E). O “Monte do Convento” pertence ao concelho de Alvito (●), distrito de Beja, inserido na divisão administrativa do Baixo Alentejo.

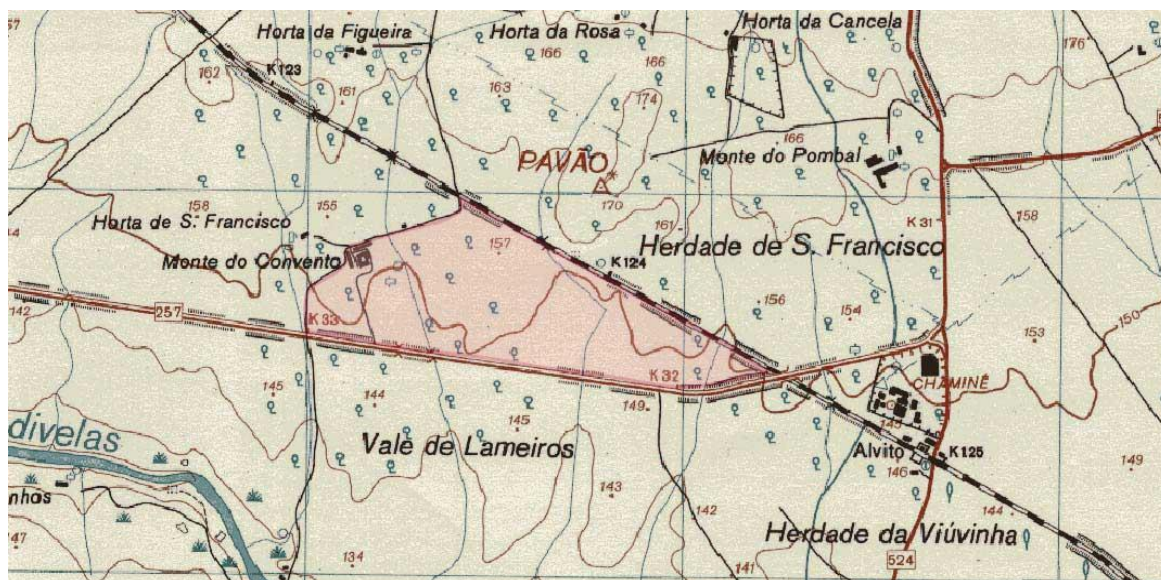


1 | A região do Alentejo, respetivas divisões administrativas (NUTS) e o concelho de Alvito

Dada a sua extensão, o Alentejo incorpora uma grande variedade de paisagens que se vão sucedendo desde o litoral até ao limite interior com Espanha. No seu conjunto, esta paisagem foi-se alterando como consequência do processo de humanização,

principalmente marcado pelas atividades do setor primário, que desencadeou a perda de determinados elementos mas também a afirmação e o destaque de outros, como o *Monte Alentejano* e outras grandes propriedades agrícolas.

O “Monte do Convento”, um dos muitos que compõem a paisagem alentejana, corresponde a uma propriedade de caráter privado, com 33 hectares. Conta com a presença de um antigo convento franciscano em ruínas denominado “Convento de São Francisco” ou “Convento de Nossa Senhora dos Mártires”. De acordo com a cartografia militar (imagem 2) várias são as toponímias diretamente relacionadas com a propriedade em questão: “Monte do Convento”, “Horta de São Francisco” e ainda “Herdade de São Francisco”.



2 | Identificação da área da propriedade sobre excerto da carta militar 488 (série M888)

O atual proprietário pretende recuperar os vários edifícios do Monte do Convento para fins habitacionais, sociais e recreativos. Para os espaços exteriores visa a intensificação da componente produtiva através da plantação de 15 hectares de vinha e construção de uma adega. O restante espaço deve ser intervencionado criando zonas de estadia e percursos integrados nos diferentes usos da propriedade.

O valor intrínseco da propriedade vai também na sequência da paisagem em que se insere, marcada pelas grandes propriedades agrícolas de caráter extensivo assentes numa topografia suave com pequenas elevações e linhas de água.

É então neste contexto que se destaca o *Monte Alentejano*, do qual o “Monte do Convento” é apenas um exemplo, havendo também a necessidade de estudar o seu contexto na paisagem Alentejana.

1.2 Objetivos

O objetivo principal do presente trabalho foi desenvolver uma proposta de intervenção para o “Monte do Convento”, ao nível do estudo prévio, capaz de integrar o programa apresentado pelo proprietário e respeitar a paisagem em que se insere. A propriedade possui um valor inquestionável que, a par com a sua localização central na paisagem alentejana, merece uma reflexão e análise capaz de sustentar uma proposta de intervenção integrada. Procurou-se identificar quais as marcas e referências a partir das quais a paisagem do Alentejo e de Alvito se organiza, depende e evolui bem como os traços gerais da dinâmica da sua evolução. Pelo facto de a propriedade ter pertencido a uma ordem religiosa e se pretender a adaptação da sua envolvente num jardim de recreio e lazer, o trabalho inclui ainda um breve estudo relativo a cercas conventuais e jardins de recreio da região.

Para responder aos objetivos previamente referidos adotou-se uma metodologia realizada principalmente a duas escalas: a da paisagem e a da propriedade.

1.3 Metodologia de trabalho

A fase de análise foi iniciada com uma revisão bibliográfica, cartográfica e iconográfica sobre a paisagem do Alentejo e de Alvito e ainda sobre os conventos e quintas de recreio da região. Para esta etapa foi importante a delimitação da área de estudo relativamente à paisagem de Alvito. Tendo em conta a posição geográfica do concelho, optou-se por estudar a área relativa às três unidades de paisagem, definidas no estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, que se confrontam na região de Alvito.

Paralelamente realizaram-se visitas de campo com o objetivo de observar diretamente a paisagem e, assim, complementar o estudo realizado na primeira fase. A primeira visita, à propriedade do “Monte do Convento”, possibilitou a realização de um levantamento da situação existente. A segunda, permitiu o contacto com donos de propriedades agrícolas situadas no concelho de Alvito.

Posteriormente iniciou-se uma fase de reflexão crítica acerca do programa definido pelo proprietário no sentido de compreender a sua visão para o espaço mas também de realizar ajustes ao programa de acordo com as oportunidades e constrangimentos identificados na fase de levantamento e dos conhecimentos obtidos da fase anterior.

Com a informação recolhida nas fases anteriores, reuniram-se as condições necessárias para a última fase do trabalho, a elaboração do projeto para o “Monte do Convento”.

2. Da Paisagem ao Monte

Portugal é um território de contrastes, como muitos autores referem. Orlando Ribeiro em 1945 identifica em Portugal três grandes unidades de paisagem “Norte Atlântico”, “Norte Transmontano” e “Sul”. Posteriormente, em 2004, é realizado por Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira o estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental” que divide Portugal Continental em 128 unidades de paisagem agrupadas em 22 grupos de unidades. A diversidade observada no território português pode ser justificada pela conjugação de vários fatores, nomeadamente a sua posição geográfica, o relevo, a constituição litológica, a extensão da costa marítima e incontornavelmente, a ocupação humana já antiga (Ribeiro,1945).

2.1 Paisagem Natural do Alentejo

“um gigantesco anfiteatro de face voltada para o Atlântico, até onde desce em largos plainos, num jogo subtil, de vastas e suaves ondulações, que lhe dá horizontes recuados. Não lhe falta, aqui e ali a cortina brusca, mas sempre modesta, de alguma serra que acrescenta à sua beleza própria a nota de imprevisto e à sensação de planura o instrumento de contraste.” ((1980) Arquitetura Popular em Portugal. Página 455)

2.1.1 Clima

A região do Alentejo apresenta um clima diverso dada a sua extensão. Apresenta verões quentes e invernos rigorosos. A precipitação, para além de ser reduzida, também se distribui irregularmente ao longo do ano, verificando-se a sua concentração no inverno e carência no verão.

No concelho de Alvito, as temperaturas são médias/altas, sendo que a temperatura média anual oscila entre os 15°C e os 17.5°C. No entanto, os dias com temperatura máxima superior a 25°C são superiores a um terço do ano. As elevadas amplitudes térmicas são também um fator característico da região. A humidade relativa do ar é baixa, variando entre os 70-80% no inverno e diminui acentuadamente no verão. A insolação média corresponde a cerca de 3000 horas. Relativamente à evapotranspiração, o seu valor real aproxima-se dos 450mm. Os ventos são mais frequentes no verão e a sua velocidade média ao longo do ano oscila entre os 2,3 e os 7,2 Km/h. A ocorrência de geadas verifica-se sobretudo de outubro a maio (cerca de 33 dias), enquanto que o nevoeiro é mais frequente no inverno (cerca de 51 dias) (Plano Diretor Municipal de Alvito, 2014).

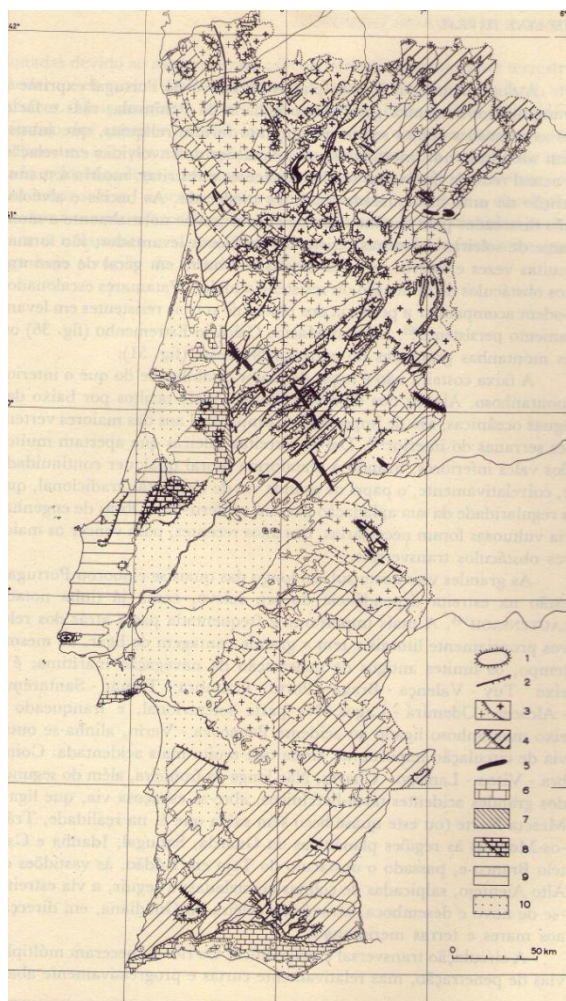
2.1.2 Relevo e Geologia

A paisagem do Alentejo é marcada pelas extensas planícies situadas a menos de 400 metros de altitude, pontualmente interrompidas por zonas de relevo mais acidentado correspondentes a serras e vales pouco marcados. Nesta região de pouco relevo orográfico destacam-se a Serra de São Mamede, a Norte, a Serra de Ossa, mais a sul e a Serra de Portel à qual se encontra associada a falha da Vidigueira que separa, administrativamente, o Alentejo Central do Baixo Alentejo. De uma forma geral a topografia é pouco acidentada. A sul, a região alentejana é facilmente limitada pela diferença topográfica em direção à serra algarvia.

Ao nível da constituição geológica, os granitos são mais abundantes em Évora, Portalegre, Crato, Montemor-o-Novo, Serpa e Vidigueira. Os xistos surgem com maior frequência em Portalegre, Elvas, Arronches e Assumar. O distrito de Beja é atravessado

por uma faixa diorítica que está na origem dos famosos barros de Beja, uma das zonas mais férteis de Portugal. O calcário marca a sua presença principalmente nos concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, onde tem origem o conhecido mármore de Estremoz (Associação dos Arquitetos Portugueses, 1980).

A constituição geológica da região do Alvito é maioritariamente composta por solos de origem granítica e xistosa, como se verifica na imagem 3. O concelho divide-se em duas principais zonas. A primeira, composta por formações maioritariamente detríticas que ocupam a zona sudoeste do concelho. A restante parte do concelho caracteriza-se por formações do maciço antigo (Paleozóico) constituído por substrato rochoso com grande diversidade de tipos lito-estratigráficos. (Plano Diretor Municipal de Alvito, 2014)



3 | Mapa morfo-estrutural de Portugal; Região de Alvito marcada pela presença de granito e xisto

2.1.3 Hidrografia

As vastas plataformas Alentejanas “por onde correm fios de água mal alimentados” e de uma forma geral “velhos e serpenteantes” (Proença, Raul (1938). *Guia de Portugal Estremadura, Alentejo e algarve, Vol II*. Página 18) fazem parte das bacias hidrográficas do Rio Sado, Guadiana, Mira e Xarrama, como ilustra a imagem 4. O Rio Guadiana corre para sul, sendo parte do seu percurso a fronteira entre os países Ibéricos. Por sua vez, o



4 | Mapa das regiões Hidrográficas de Portugal. Identificação dos rios Sado, Mira, Guadiana e Xarrama e das Ribeiras do Roxo, Alcáçovas e Odivelas, entre as quais se situa a o “Monte do Convento” ●

Sado, que nasce em Ourique, corre para norte no antigo Golfo Bejense, o Mira, com origem em Almodôvar corre para oeste e o Xarrama, afluente do Sado arrisca-se pelo interior alentejano.

De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a região do Alentejo divide-se em duas Regiões Hidrográficas (RH). A RH6 corresponde às bacias hidrográficas do Rio Sado e Mira e a RH7 à do Rio Guadiana.

O concelho de Alvito, inserido na RH6, é atravessado pela Ribeira de Odivelas, que passa meio quilómetro a sul da propriedade do “Monte do Convento”, para a qual drenam as linhas de água que atravessam a propriedade. Foi a partir do seu caudal que foram construídas as barragens de Alvito e a de Odivelas.

2.1.4 Vegetação Espontânea

Sendo a vegetação espontânea reflexo das características edafoclimáticas no Alentejo a vegetação, principalmente no interior alentejano, destaca-se pela sua capacidade de suportar as altas temperaturas e a secura.

Considerando as principais formações vegetais de Portugal Continental, predomina aqui o carvalhal da zona continental seca e quente, dominado pelo sobreiro (*Quercus suber*) e azinheira (*Quercus rotundifolia*).

A azinheira é uma espécie mais adaptada à continentalidade e adaptável a qualquer tipo de solo principalmente à secura dos xistos. A acompanhar os característicos azinhais surgem o catapereiro (*Pyrus bourgaeana*) e a oliveira (*Olea europaea*). O sobreiro prevalece em solos mais ácidos e frescos dominando por isso nas bacias sedimentares do Sado e Tejo. Os sobreirais são muitas vezes acompanhados de medronheiros (*Arbutus unedo*) e lentiscos (*Phillyrea angustifolia*). Verifica-se também a presença de carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris*), e pinheiro-manso (*Pinus pinea*).

Relativamente ao estrato arbustivo este é constituído maioritariamente por gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), espargo-bravo-menor (*Asparagus acutifolius*), giesteira-branca (*Cytisus multiflorus*), entre outros. Nos matos destaca-se a aroeira (*Pistacia lentiscus*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a murta (*Myrtus communis*) e o rosmaninho (*Lavandula stoechas*).

Nas linhas de água predominam os freixos (*Fraxinus angustifolia*), salgueiros (*Salix salviifolia subsp. australis*), choupos (*Populus nigra*) e tamargas (*Tamarix africana*) que, no seu conjunto, compõem os pequenos matos ripícolas. (Tereno, M., Pereira, M.; Tereno, A.)

2.2 Paisagem Cultural

"Sobre a constituição geológica, a hipsometria regional de peneplanície, o clima de grande oscilação térmica, a vegetação predominante, vêm as tonalidades vastas da paisagem onde se criou a mais rica zona agrícola do país (...) com um regime de propriedade latifundiária servido por populações que nos quadros antropogeográficos são por seus costumes e qualidades das mais notáveis da demografia nacional" (Amaral, Monteiro. (1941), *O Alentejo na sua vida e na sua História*. Página 34)

2.2.1 Evolução da Paisagem

A ocupação e transformação do território português, ocorreu ao longo de vários milénios, pelos quais passaram diversas culturas. Com a sua passagem ficaram diferentes marcas, reflexo do processo de humanização do território.

Nesta região a presença humana data do período Paleolítico, facto comprovado pelos objetos encontrados. No período Neolítico surgem os primeiros sinais de sedentarismo, associados ao maior controlo das técnicas dos sistemas produtivos agro-pastoris, que resultaram no aumento da complexidade das estruturas sociais. Desta época ficaram marcas na paisagem que provam a estreita relação entre as comunidades e o território,

como é o caso dos cromeleques, das antas e dos menires. O sistema produtivo variava de acordo com a fertilidade do solo e com os locais de estabelecimento das comunidades sendo, de um modo geral, escolhidos os pontos altos para esses assentamentos, dadas as suas qualidades defensivas naturais.

No Calcolítico, as comunidades tornam-se mais complexas como resultado da abundância de cobre na região que incentivou a dispersão das comunidades para novos locais no Alentejo interior e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de redes entre comunidades de acordo com as suas funções. O comércio associado ao bronze colocou o Alentejo nas rotas de troca desde a costa atlântica até à bacia mediterrânea e Europa Central. Até este período as invenções e avanços tecnológicos, como o aparecimento do arado, permitiram a expansão e intensificação do sistema agrícola.

Já na idade do Ferro a influência dos povos oriundos do mediterrâneo, que subiam o rio Guadiana, como os Fenícios e os Celtas, trouxe para o Alentejo novidades tecnológicas e produtivas. A plantação de vinha e conseqüente técnica de produção de vinho foi iniciada pelos fenícios (Silva, 2001). Acredita-se que também nesta época se verificou a plantação de oliveiras (*Olea europea*) para produção de azeite, apesar da existência do zambujeiro, nativo na região. É também neste período, sob influência fenícia, que chega ao Alentejo um sistema produtivo tipicamente mediterrâneo “infield-outfield” onde é feita uma distinção ao nível da composição dos campos próximos das habitações e dos campos na sua envolvente. O sistema agrícola alentejano baseava-se, então, em três principais produtos: trigo, vinho e azeite, que marcaram desde cedo a paisagem. Os Celtas investiram mais na pastorícia dando origem aos primórdios do montado, onde as árvores, principalmente sobreiros e azinheiras eram protegidas para que produzissem bolota para alimento dos porcos e simultaneamente se realizavam queimadas para colheita de grão e regeneração de herbáceas (Silva, 2001).

Os romanos chegam ao território peninsular em 218 a.C. e desde 45 a.C que se dispersam pelo território a Sul do Tejo (Baganha, 2016). As políticas de gestão territorial introduzidas implicavam a descentralização do poder através da criação de menores unidades políticas e administrativas, subdividindo assim as diferentes províncias. É, então, em período romano que Évora e Beja ganham estatuto, facto que se justifica por serem centros de dispersão hidrográfica dos principais rios Sado e Guadiana. A integração do Alentejo no império romano resultou em significativas mudanças na paisagem rural e urbana, principalmente como consequência do aumento populacional, da generalização da propriedade privada e novas técnicas de cultivo, especialmente de rega, resultando assim, na intensificação da produção dos três produtos tipicamente

mediterrâneos. Verificou-se a passagem dos sistemas agrícolas de pequena dimensão para uma estrutura latifundiária capaz de maximizar o rendimento. As unidades agrícolas, quando localizadas em solos férteis, contribuíram para uma imagem marcada pelos extensos campos agrícolas com vinhas e olivais com culturas no subcoberto. No caso dos solos serem pobres, dominava o montado e correspondente pastoreio. Ao nível hidráulico o período romano contou com a introdução de inúmeras estruturas de captação e armazenamento de água (poços, cisternas, tanques, etc) e de condução (aquedutos, caleiras, engenhos elevatórios, etc). (Fortes, 2008).

Após o declínio do império romano tem lugar o período visigótico e consequentemente as rotas comerciais reduziram, as cidades perderam importância, facto que se refletiu na paisagem rural. As manchas agrícolas reduziram bem como a diversidade de culturas, passando a predominar a agricultura para consumo próprio.

Em 711 inicia-se o domínio árabe na região alentejana. A sua presença respeita muitas das estruturas romanas dando origem a uma nova identidade que “constitui a matriz do povo que habita a sul do Tejo” (Baganha, José. (2016). *A arquitetura popular dos povoados do Alentejo*. Página 61). A influência árabe marcou, principalmente, a paisagem rural através da introdução de novas técnicas, principalmente ao nível do regadio.

“Passeando pelo Alentejo não é difícil adivinhar o legado que ficou da civilização muçulmana. Se falta a mesquita, não falta a lenda, nem a palavra, nem o cante, nem o jeito de andar ao sol, (...) nem o culto pela água e pelo “fresquinho”.” (Proença, Raul. (1938). *Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo, Algarve*, Vol II. Página 18).

As batalhas inerentes à conquista cristã destruíram muito do património construído em período de ocupação muçulmana. O regime de propriedade foi alterado, uma vez que grandes terrenos eram doados pela nova monarquia a ordens religiosas, militares e nobres para as protegerem e explorarem, formando assim grandes propriedades. Por sua vez, estas eram cedidas à população sob a forma de contratos de exploração, dando origem ao latifúndio alentejano que se tornará uma imagem identitária da região.

“O pão, o vinho e o azeite foram, o dizer de Virgínia Rau, as armas económicas da reconquista, os instrumentos de suporte do repovoamento, que se seguiu à tomada militar. (...) Três produtos facilmente transportáveis, com mercados garantidos (...). Três produtos que foram desenhando a paisagem alentejana de clareiras no meio de matagais” (Gaspar, Jorge (1993), *As regiões portuguesas*. Página 141).

É a partir do período da reconquista cristã que a fertilidade do solo se tornou ainda mais determinante, resultando numa evolução divergente entre os povoados. Os povoados em solos pouco férteis, conseqüentemente menos populosos, mantiveram a organização dos sistemas agrários previamente referidos, ou seja, campos de culturas intensivas na proximidade das habitações sendo que a maioria do território era dedicada ao pastoreio e agricultura extensiva (montados). Por sua vez, as zonas mais populosas e de terrenos mais férteis rapidamente adquiriram estruturas produtivas mais complexas contendo também maior diversidade de culturas. Nas zonas mais afastadas dos centros urbanos manifestam-se as herdades enquanto grandes áreas de produção de cereais, em extensos períodos de rotação, olivais em associação com cereais e ainda vinha. O desenvolvimento do sector agrícola não pode ignorar este regime de latifúndio, em grandes herdades, onde o senhorio empregava o agricultor que desempenhou um papel insubstituível na economia da região:

“Este regime anda ligado a causas naturais e sociais complexas: relativa carência de chuvas e pobreza do solo, relevo pouco vincado, planaltos ou planícies onduladas onde os solos favorecem vastas extensões contínuas, grande propriedade, ou grande exploração, que permita levar a eito os trabalhos agrícolas e juntar rebanhos.” (Ribeiro, Orlando. (1945) Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Página 96)

Na segunda metade do século XVIII vive-se um período em que, na sequência da abolição do tráfico de escravos e da baixa densidade populacional no Alentejo, se verifica falta de mão-de-obra na agricultura alentejana. Em 1820 a Revolução Liberal pôs fim ao Antigo Regime trazendo várias reformas e conseqüente redistribuição das terras. O mesmo se verifica com a extinção das ordens religiosas em 1834, sendo que os seus terrenos passam para a coroa e são, posteriormente, vendidos em leilão. Foi também neste período que se adotaram medidas que procuravam defender os direitos individuais dos agricultores, pelo facto de se acreditar que o problema do sector se baseava no coletivismo impedindo-os de possuir as terras onde trabalhavam. No entanto, o resultado obtido em período liberal não foi o esperado, provavelmente devido à dimensão das propriedades, ainda que tenha aumentado a área cultivada, levada a cabo por uma nova classe de proprietários com capacidades de adotar novas tecnologias. Mais tarde, os avanços tecnológicos juntaram-se à expansão de mercado associada à construção de estruturas viárias e ao aumento de mão-de-obra. No seu conjunto, o período liberal expressou-se na paisagem rural por um aumento da área cultivada e a sua intensificação através das novas tecnologias que permitiram nomeadamente ciclos de rotação mais baixas. Verificou-se o aumento das culturas cerealíferas e a procura externa de vinho

ditou também o crescimento da vinha. No entanto foi no montado que mais notórias foram as mudanças ao evoluírem para espaços de exploração mais intensiva.

Já no século XX ocorrem as Campanhas do Trigo, inicia-se a Reforma Agrária e Portugal adere à Política Agrária Comum, provocando alterações significativas no setor primário. A intensificação de mecanização e a falta de rotação e pousio resultou no enfraquecimento das terras que rapidamente foram abandonadas.

“O Alentejo alcançou o seu máximo demográfico em 1950 na sequência de intermitentes campanhas de promoção da cultura cerealífera (...), quando o Alentejo funcionou como o “celeiro do país”. Mas assim como se encheu de gente, assim se esvaziou” (Gaspar, Jorge (1993), *As regiões portuguesas*. Página 144)

As várias flutuações na densidade populacional, ao longo do século XX, desencadearam crises de mão-de-obra, diminuição da área cultivada, prejudicando o sistema agrícola da região e consequentemente a vida dos agricultores e suas famílias.

Todo este processo de transformação da paisagem, em conjugação com as características da paisagem natural influenciou a imagem que hoje conhecemos e onde podemos identificar vestígios de paisagens de outros tempos.

2.2.2 A Paisagem da região de Alvito

Nota: A leitura deve ser acompanhada da análise do “Anexo 1 – A paisagem da região de Alvito”

As diferentes paisagens que compõem o território português já foram alvo de diversos estudos dos quais se destaca “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, da autoria de Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira. Este trabalho analisa os tipos de paisagem, regista a sua distribuição e identifica regiões do território com características homogéneas, denominadas Unidades de Paisagem.

O concelho de Alvito (imagem 5) encontra-se na transição de três destas unidades de paisagem:



5 | Concelho de Alvito (sem escala definida)

(1) Montados da Bacia do Sado (Unidade 97 de “Terras do Sado”):

Esta unidade de paisagem é dominada por montados de azinho, sobro e mistos, associados a um relevo suavemente ondulado. A densidade deste sistema de exploração varia de acordo com a topografia. Desta forma, as zonas declivosas são marcadas pelo montado mais fechado, enquanto que as zonas menos declivosas contam com a presença de montado mais aberto. As pequenas manchas de regadio e de olival encontram-se mais associadas aos centros urbanos.

(2) Terras de Viana- Alvito (Unidade 108 de “Alentejo Central”):

Esta unidade de paisagem insere-se num grupo de unidades caracterizada pelas extensas planícies de ondulação discreta onde são as galerias ripícolas que permitem identificar as linhas de água e respetivos vales. Nesta unidade o montado de azinho mais denso ganha expressão. No entanto, são a oliveira e a vinha as explorações que mais marcam presença, na envolvente dos aglomerados. A conjugação destes fatores dá origem a uma unidade de paisagem mais diversificada.

(3) Terras Fortes do Baixo Alentejo (Unidade 110 de “Baixo Alentejo”)

Unidade de paisagem onde se destacam as grandes propriedades, ao longo das vastas planícies. O relevo é pouco acentuado com exceção dos vales do Guadiana e seus afluentes. A vinha, o olival e os pomares ganham expressão junto aos povoados urbanos

de carácter concentrado que se destacam na paisagem pela sua localização definida em função da lógica agrícola ou das vias de comunicação.

Plano Diretor Municipal de Alvito (2014)

O concelho de Alvito insere-se então numa paisagem predominantemente agrícola. As linhas de água, ainda que significativas não satisfazem a relação necessidade/disponibilidade, havendo carência no verão, facto que se espelhou, também, na distribuição dos povoados (Imagem 6) e consequentemente na baixa densidade populacional.



6 | Malhas urbanas de Vila Nova de Baronia e Alvito, respetivamente. Organização nucleada com malhas bem definidas facilitando a sua identificação na paisagem

Com o afastamento dos centros urbanos a paisagem agrária vai ganhando lugar.

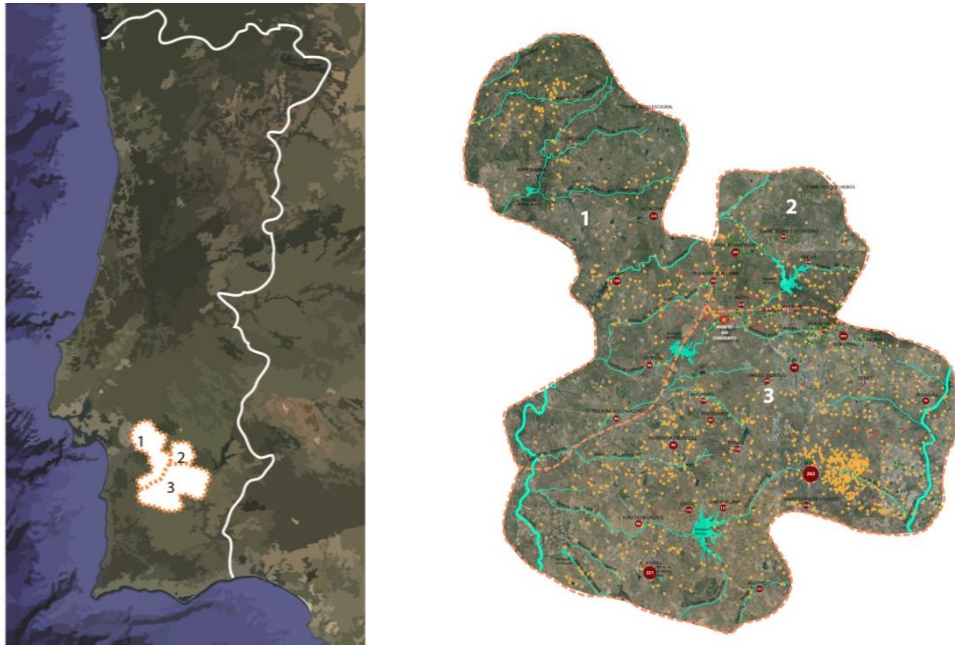
“(...) predominaram as grandes unidades agrárias, os montes distantes e as aldeias raras e pletóricas de gente, envolvidas na rede dos latifúndios.” (Ribeiro, Orlando. (1945) Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Página 120).

A ocupação agrícola é tão intensa que se reflete até na própria toponímia da região, através de designações como “Horta”, “Monte” e “Herdade”.

De seguida é apresentado um breve estudo sobre a paisagem da região de Alvito e suas principais características, resultante da análise de cartografia militar.

Analisando as imagens 7 e 8, (Ver Anexo 1 – “A paisagem da região de Alvito”) compreende-se a influência dos dois grandes rios, Sado e Guadiana, e respetivos afluentes que se distribuem pelo território de acordo com o festo que divide as duas bacias hidrográficas.

Tendo em conta as distribuições obtidas ao nível das toponímias (ver tabela 9) verifica-se o impacto que principalmente os “Montes” possuem na paisagem estudada.



7 | Demarcação das unidades de paisagem: (1) Montados da Bacia do Sado (Unidade 97 de “Terras do Sado”) (2) “Terras de Viana- Alvito (Unidade 108 de “Alentejo Central”) (3) Terras Fortes do Baixo Alentejo (Unidade 110 de “Baixo Alentejo”)

8 | Estudo da paisagem da região de Alvito. Identificação das principais linhas de água, centros urbanos e ainda “Montes”, “Herdades” e “Hortas” (sem escala definida)

UNIDADE DE PAISAGEM	ÁREA (Km²)	MONTE (Un)	MONTE (Un/km²)	HERDADE (Un)	HERDADE (Un/km²)	HORTA (Un)	HORTA (Un/km²)
1	1 399	222	0.16	17	0.01	4	0.003
2	512	100	0.20	11	0.02	39	0.08
3	2 158	774	0.35	29	0.01	113	0.05

9 | Dados obtidos através do levantamento das toponímias “Monte”, “Herdade” e “Horta” na área de estudo previamente referida.

A toponímia “Horta” vai surgindo na envolvente próxima dos aglomerados urbanos, enquanto que os “Montes” e as “Herdades” vão ganhando expressão nas vastas planícies que envolvem as urbes.

De um modo geral, é possível compreender a distribuição destes tipos de espaços agrícolas, que se organizam, com muita frequência, ao longo de linhas de água.

A concentração máxima de “Montes”, “Herdades” e “Hortas” localiza-se na envolvente de Beja que desde o período romano atingiu uma posição hierárquica relevante no contexto nacional, devido à proximidade ao Rio Guadiana e seus afluentes.

É possível constatar que em Alvito se encontra a segunda maior concentração de “Montes” e a maior concentração de “Herdades”.

Analisando os resultados ao nível da concentração por Unidade de Paisagem a Unidade 3 possui maior quantidade tanto de “Montes”, como “Herdades” e “Hortas”. Por oposição a Unidade 1, pela sua proximidade ao litoral já apresenta características diferentes que se refletem na diminuição da expressão das grandes propriedades.

2.2.3 A Especificidade do Monte Alentejano

A analogia entre a “villa romana”, enquanto grande propriedade rural de cariz latifundiário, e o “Monte Alentejano” é referida por vários autores:

“(…) é ainda no Sul que se encontra a representação mais próxima do latifúndio romano: a herdade alentejana e o monte, corresponde à villa rústica com a multidão de clientes e a organização complexa da lavoura” (Ribeiro, Orlando. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Página 89)

No entanto, o termo “Monte” é utilizado para distintas situações:

“Na linguagem transtagana monte tem sentido muito especial: quer dizer casa de uma herdade (Estremadura, Transtagana, Alentejo e Algarve) (...). Entende-se que da elevação do terreno, onde a casa geralmente se construe para os donos vigiarem melhor a propriedade, se transferiu a designação para aquela.” (Vasconcelos, 1980, como referido em Silva, 2007)

António Carlos Silva, em 2007 destaca o “monte enquanto cabeça de herdade”; “pequeno monte isolado inserido no termo da herdade” e “pequenos montes dispersos, associados normalmente a pequenas propriedades e preferencialmente localizados na envolvente próxima dos aglomerados urbanos”. De acordo com Mariano Feio, em 1949 “O Monte, nas suas diferentes formas, representa de algum modo uma “pequena dispersão” no habitat concentrado típico da região”. A par desta perspetiva a obra “Arquitetura Popular em Portugal” da Associação dos Arquitetos Portugueses, identifica no Alentejo duas categorias de povoamento: o povoamento concentrado, caracterizado por aldeias envolvidas pelo latifúndio e a “construção isolada” na paisagem, denominando-se de “monte” as unidades de exploração agrícola.

A diversidade de significados deve ser tida em conta no sentido de compreender também a diversidade dos elementos que os compõem.

A organização espacial e composição do “Monte”:

Construções:

Os “Montes”, enquanto sedes de explorações agro-pecuárias albergam uma grande variedade de construções, desde as relacionadas com a exploração agrícola como armazéns, celeiros e estábulos, mas também com a componente habitacional. Estes edifícios, encontram-se estrategicamente na cota mais alta da exploração agrícola, facilitando a vigia da mesma.



10 | Edifícios de habitação, de apoio agrícola e terreiro no Monte São Bento da Serra, Alvito

“A morfologia mais frequente consiste na execução de duas bandas edificadas, paralelas entre si, definindo uma rua, que é também o terreiro onde se cruzavam os caminhos dos inúmeros membros da lavoura tradicional alentejana. É justificativo que as pequenas aldeias alentejanas possuam um desenho similar e, assim, assemelhem-se a um grande “monte” e vice-versa (...)” (Saldanha ,1983, referido em Baganha, 2016)

Percursos agrícolas:

A partir das construções surgem os caminhos agrícolas, todos estes criados conforme as necessidades da propriedade. As suas dimensões regem-se, de acordo com o tamanho da maquinaria e a sua distribuição na propriedade corresponde, principalmente, às suas periferias ou à divisão de parcelas com diferentes culturas agrícolas.



11 | Caminho agrícola com 3m em Avispargos, Alvito



12 | Caminho periférico no Monte São Bento da Serra

Culturas agrícolas:

O grande destaque vai para o montado (imagem 13), que se encontra, intimamente relacionado com o caráter da paisagem, principalmente pela adaptação às condições edafoclimáticas. Organiza-se em três níveis - a cobertura arbórea (sobreiros e/ ou azinheiras), as pastagens e as culturas extensivas baseadas nos cereais. (Ferreira, 2001)

O olival (imagem 14), de origem mediterrânica, expressa-se na paisagem em questão sob a forma de extensos alinhamentos, associadas a cereais e beneficiando da lavoura dos mesmos. A oliveira existe na proximidade das aglomerações provando a ligação entre a urbanidade e a oleicultura chegando muitas vezes a ser acompanhada de vinha (imagem 15). A grande longevidade desta espécie permite-nos identificar na paisagem vestígios de extensos olivais milenares.

Na proximidade das habitações raramente falta a Horta e o Pomar, composto por laranjeiras, limoeiros, romãzeiras, amendoeiras, entre outros.



13 | Montado, Amieira



14 | Oliveira milenar, Santa Lúzia, Alvito



15 | Vinha, Alvito

Água:

Grande parte das propriedades são marcadas pelas estruturas de rega, muitas já sem uso, mas que continuam presentes e acrescentam valor ao local (imagens 16, 17 , 18 e 19).

"(...) a água destaca-se ainda nos retoques amorosos das pequenas agriculturas de herança muçulmana, que circundando vilas e cidades, lhes conferem no Verão a nostalgia do oásis, vivido nas sombras odorosas dos laranjais ou na fresquidão viçosa de hortas e hortinhas." (Gaspar, Jorge, (1993) *As Regiões Portuguesas*. Página 147)



16 | Tanque de rega na propriedade da Avispargos, Alvito



17 | Estrutura hidráulica no Monte São Bento da Serra, Alvito



18 | Poço na propriedade de São Romão, Alvito



19 | Tanque em propriedade agrícola, Alvito

“A água porque é escassa e desejada, tem tratamentos especiais e também ganha importância na paisagem, das grandes albufeiras às mais ínfimas charcas, dos aquedutos de todos os tamanhos e tecnologias aos poços e minas. Há uma arquitetura de água, que é também um sinal de urbanismo (...)”
(Gaspar, Jorge (1993) *As Regiões Portuguesas*. Página 147)

Mais recentemente, as antigas estruturas hidráulicas de armazenamento têm vindo a ser substituídas por charcas (imagens 20 e 21). Esta solução para além de ser mais económica permite formas e volumes de armazenamento de água vantajosas, em locais onde a disponibilidade de água em períodos de maior necessidade é um grande constrangimento, mas também o fator chave para o sucesso da exploração.



20 | Charca em propriedade agrícola, Portel



21 | Charca em propriedade agrícola, Alvito

Limites das propriedades:

A localização das propriedades agrícolas é, em qualquer caso, o reflexo das características da região. Procuram-se terrenos férteis, facto que muitas vezes depende da proximidade a linhas de água. A influência destes elementos define logo à partida o limite e consequentemente a forma da propriedade.

A separação física com o exterior é por vezes feita através de sebes arbustivas. Neste contexto é importante referir a presença de espécies como a figueira da índia (*Oputia ficus indica*) e as piteiras (*Agave sp*) (imagem 22).

"E aqui e além, figueiras da Índia sinalam vagos valados, ou são renques piteiras hirsutas, donde as espaços rompem falsos verdes, encabeçados de entranhas florescências." (Proença, Raul. (1938). *Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo, Algarve, Vol II*. Página 140)

Atualmente, essa expressão foi-se perdendo dominando agora uma paisagem parcelada através de vedações de arame, com diversas configurações.



22 | Sebe de limite de propriedade com *Agave americana*, Alvito

No entanto, a zona da entrada principal destaca-se pela presença comum de algum tipo de formalismo que contrasta com a restante delimitação feita com arame.



23 | Entrada do Monte São Bento da Serra, Alvíto



24 | Entrada do Monte da Carrasca, Alvíto

Ainda que com menor expressão no território, dadas as dimensões das propriedades, algumas são limitadas por muros. De forma genérica as principais tipologias construtivas murárias são a alvenaria de pedra e a construção com base em materiais argilosos.

Para as alvenarias de pedra os materiais mais comuns na região são os xistos, os calcários e os granitos. Para a argamassa de ligação é comum a utilização de barro ou de cal e areia. Dentro desta categoria, destacam-se as técnicas de alvenaria de pedra ordinária (constituída por pedra irregular assente em argamassa) e a alvenaria de pedra seca (também constituída por pedra irregular, no entanto sem argamassa de ligação).

Ao nível das “construções em terra” (materiais argilosos) identificam-se as construções em adobe (tijolo de barro seco ao sol) e taipa (técnica que implica a compressão da terra, composta por areia, brita e argila, entre dois taipais) também bastante características da região.

No contexto dos materiais e técnicas construtivas, a cal desempenha um papel incontornável principalmente enquanto material de revestimento. A sua aplicação encontra-se muitas vezes relacionada com as construções em taipa (Baganha, 2016).

2.2.4. Arte Paisagista no Alentejo – cercas conventuais e Quintas de recreio

O breve estudo relativo às Cercas Conventuais e Quintas de Recreio no Alentejo visa compreender de que forma o desenho destes espaços foi influenciado pelas características da paisagem em que se inserem. Uma vez mais, procura-se identificar elementos próprios destes espaços, desde tipologias de vegetação, formas de organização espacial e até estruturas construídas típicas.

Pretende-se que estas temáticas contribuam com informação para melhor compreensão do caso de estudo do “Monte do Convento” e respetiva proposta de intervenção.

Conventos no Alentejo e suas cercas

Os conventos e mosteiros das diversas ordens religiosas são elementos importantes no povoamento de zonas afastadas dos centros urbanos, dado que a sua presença incentivou a deslocação de alguns moradores. Em muitos casos, mas em particular nas ordens mendicantes, a sua dependência da produção de alimento para autoconsumo justificava o investimento feito pelos monges em técnicas hortícolas e na sua documentação tendo, portanto, um papel importante na estrutura rural e também no desenvolvimento da arte dos jardins em Portugal. O século XIII ficou marcado pelo surgimento de ordens mendicantes das quais se destaca a Ordem de São Francisco ou Ordem dos Frades menores, cujo desenvolvimento durante os séculos XIV e XV se expressou no território através da multiplicação do número de conventos e mosteiros.

Relativamente à escolha do local para a construção dos conventos, este deveria encontrar-se suficientemente perto das vilas e cidades, para possibilitar a deslocação dos frades às mesmas, a fim de cumprirem as suas ações de caridade junto das populações. No entanto, também deveriam estar longe o suficiente para se instalarem num local calmo, pouco habitado e com maior relação com o espaço natural. Neste contexto a preferência por vales ou próximo de elementos de água era clara pelo facto de os valores simbólicos se aliarem aos solos férteis e irrigados, adequados ao sustento de hortas e pomares para autossuficiência (Xavier, 2004).

O limite das propriedades era marcado pelo muro da cerca que identificava quais as áreas que iriam ser trabalhadas pelos monges e, portanto, convertidas em espaços sagrados isolados do mundo exterior. Essa diferença entre o interior e o exterior da cerca era celebrado na entrada principal, de que serve como exemplo a imagem 25.



25 | Entrada no Convento de São Francisco de Portel

A organização interna dependia da morfologia do terreno. Nos terrenos mais declivosos situavam-se as zonas de mata, enquanto que nas zonas mais planas predominavam as hortas e pomares, com caminhos bem definidos e marcados por elementos de água e respetivas técnicas de distribuição. Estes elementos são indispensáveis dadas as condições bioclimáticas da região, sendo muitos os recursos investidos na captação, armazenamento e distribuição de água para o sucesso de produção alimentar dos próprios monges. A recolha de água era muitas vezes realizada a partir de fontes, poços

ou cisternas (construídas num pátio ou claustro) sendo posteriormente distribuída por gravidade através de caleiras ou pequenos aquedutos irrigando as áreas de produção, ou acumulada noutros tanques. Para além de serem uma resposta à necessidade de rega, as peças de água funcionavam como elementos estéticos e lúdicos. Pelo facto de influenciarem o microclima da sua proximidade, fornecendo frescura, era comum a criação de zonas de estadia resultando daqui um excelente exemplo da ligação entre a componente recreativa e produtiva.

“Ao atravessar os vários espaços que compunham as cercas conventuais, a água assume-se, tal como nas quintas de recreio, como o elemento unificador e definidor de toda a estrutura e funcionamento, intervindo direta e indiretamente, de forma contínua e dinâmica, na qualidade estética do espaço e na criação de ambiências.” (Xavier, António (2004), *Das cercas dos Conventos Capuchos*, Página 59).

A mata, normalmente constituída por espécies arbóreas e arbustivas características da região mediterrânica, desempenhava dupla função. Por um lado era fonte de alimento pela presença de arbustos dadores de frutos silvestres e de madeira, sendo ainda um elemento protetor do solo e consequentemente do sistema produtivo. Nestes espaços, mais selvagens, sombrios e resguardados encontravam-se muitas vezes pequenas capelas e caminhos deambulantes.

Por sua vez a componente produtiva era dominada pelas hortas, pomares, vinhas e olivais. Os pomares eram maioritariamente compostos por figueiras, macieiras, ameixeiras, amendoeiras, pessegueiros, romãzeiras mas principalmente citrinos (laranjeiras e limoeiros). Na horta encontravam-se hortaliças, aromáticas e medicinais. A

quantidade de alimento produzido rege-se no sentido de manter o convento autossuficiente.

"Não se consinta que nas nossas cercas semee secular alguma cousa, nem nellas se semearà mais, que o que for necessario para as necessidades dos Conventos, de sorte, que não seja depois necessario commutar ou vender alguma cousa." (Estatutos da Província da Piedade, 1726 como referido em Xavier, 2004)

A rede de percursos encontra-se ligada com as várias componentes referidas anteriormente: produtiva, proteção e enquadramento paisagístico.

Na investigação feita por António Manuel Xavier verificou-se ainda a presença de outros espaços, ainda que sem certezas da sua presença em todos os conventos franciscanos da região.

"Em torno do edifício concentram-se outros importantes espaços de carácter formal, como o Pátio da Cisterna, o Horto de Recreio e o Jardim de Jericó." (Xavier, António (2004), *Das cercas dos Conventos Capuchos*. Página 63)

O Horto de recreio seria composto por alegretes, canteiros e peças de água onde o carácter lúdico e ornamental dominava e desenhava o espaço. O Jardim de Jericó, ainda que com semelhanças com o Horto de Recreio possuía maior simbolismo. Muitos conventos são também marcados pela presença de um pátio de lazer, com bancos para repouso envoltos em laranjeiras e sob o qual se localiza uma cisterna responsável por grande parte da rega da propriedade. (Xavier, 2004)

Quintas de Recreio

As Quintas eram espaços de produção hortícola e frutífera que apenas no final do século XV início do XVI se tornaram também espaços de lazer, surgindo assim a categoria de Quinta de Recreio, quando o ambiente económico e cultural o proporcionou. (Carapinha, 1995). A posição geográfica de Portugal, periférica no contexto europeu ditou também o afastamento dos grandes centros permitindo à arte dos jardins basear-se na essência mediterrânea. A esta particularidade espacial da região do Alentejo, junta-se a tradição islâmica ou seja, o gosto pela vida ao ar livre e o luxo e requinte a ela associada. A influência islâmica nos jardins é marcada pela ortogonalidade da composição, pelo facto de recorrer a elementos polarizadores, normalmente elementos de água e pela

relação entre o jardim e o edifício. Herdou-se ainda o gosto pela cor, contrastes, aromas, sons e intimismo dando origem a um espaço sensitivo (Carapinha, 1995).

As Quintas de Recreio surgem em propriedades rurais onde se aliava a componente agrícola à recreativa, dando origem a uma composição de diversos elementos: os bosquetes, o edifício de habitação, o jardim, o pomar e a horta. A interação destes diversos elementos reflete o facto de a componente produtiva e de lazer se influenciarem mutuamente, ao ponto do seu limite deixar de ser identificável. A sua distribuição nas diferentes quintas não segue um padrão específico pelo facto de dependerem de aspetos funcionais que otimizem a componente produtiva, facto que varia conforme o local em questão, sendo que “diferentes paisagens vão produzir jardins diferentes” (Carapinha, Aurora. (2014). *The guardian of the Mediterranean matrix – the Portuguese garden*. Gardens & Landscapes of Portugal, Mediterranean Garden Society, nr. 2. Página 10).

A mata para além do interesse económico dos seus produtos, previne a erosão, potencia a infiltração de água e oferece conforto bioclimático à propriedade. O Pomar e a Horta são espaços de produção por excelência, enquanto que no Horto de Recreio a componente estética prevalece num espaço que ocupa áreas menores no contexto da propriedade. No interior deste conjunto de espaços vão surgindo estruturas de “prazer”: pérgulas (Imagem 26), casas de fresco, caramanchões e grutas.



26 | Pérgula em alvenaria de pedra rebocada e caiada em Água de Peixes, Alvíto

As Quintas de Recreio eram espaços murados e portanto de contenção espacial associados à privacidade, onde a presença da água era marcante. Possuíam quase sempre um tanque ou um “espelho de água”, elemento fundamental do jardim de recreio da região.

3. O “Monte do Convento” e Programa de Intervenção

3.1 O “Monte do Convento”



27 | Imagem aérea da propriedade do Monte do Convento (sem escala definida)

O Monte do Convento, a cerca de 3 Km da vila de Alvito, conta com 33 hectares. A denominação da propriedade reflete a presença do Convento de São Francisco, que segundo a Direção Geral do Património Cultural terá sido construído sobre vestígios de uma vila romana, factos que levaram à sua classificação patrimonial.

É referido enquanto *Herdade de Mújadarem* em 1257 ao integrar o domínio territorial do Chanceler Estevão Anes.

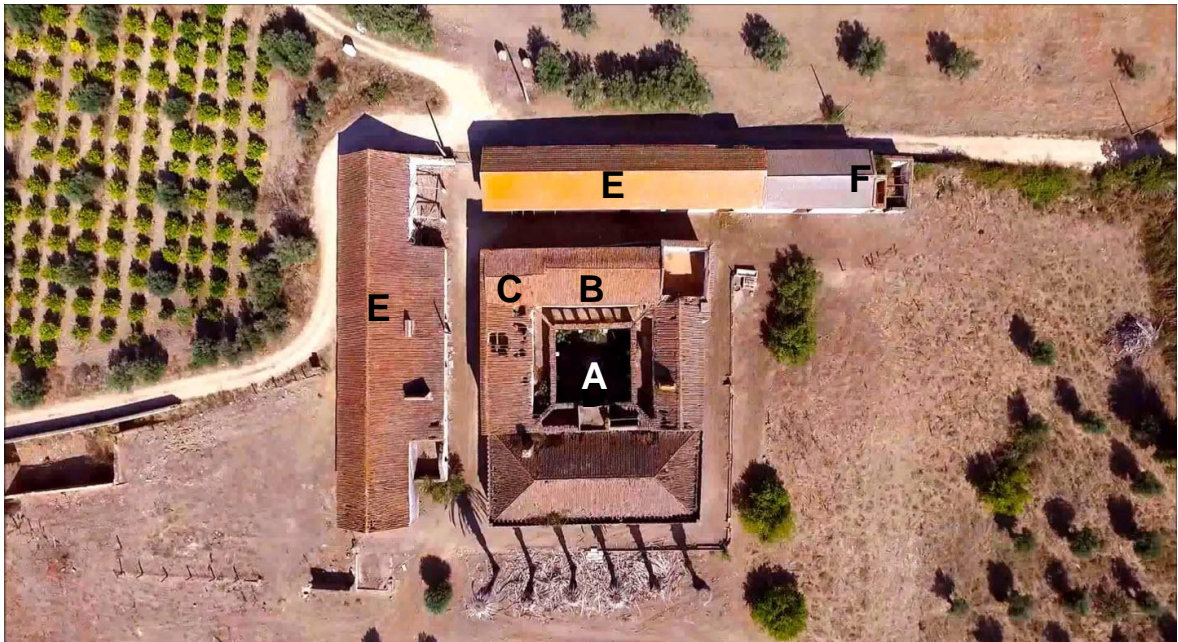
No seu interior, o maior destaque vai para o Convento de São Francisco, também designado Convento de Nossa Senhora dos Mártires, edifício com cerca de 900 m². Deve a sua conclusão a D. Rodrigo Lobo, 3º Barão de Alvito e sua mulher D. Guiomar de Castro que doam o convento aos religiosos da ordem de São Francisco em 1554. Neste local já existia um mosteiro beneditino, “que era cabeça de uma grande propriedade agrícola” (Espanca, 1992, citado em <http://www.patrimoniocultural.pt/>). Deste convento terá ficado a igreja de Nossa Senhora dos Mártires a partir da qual se começou a construir o Convento de Nossa Senhora dos Mártires. (Matias, 2001).

Em 1930 o convento é comprado pela família Sampaio. Posteriormente é ocupado pela *Cooperativa Agrícola Alvito Vencerá*, voltando a pertencer à família em 1981.

A escolha deste lugar para construção do convento corresponde a duas grandes características: a elevada disponibilidade de água dentro da propriedade, indispensável para o sustento das atividades agrícolas e a pré-existência da igreja de Nossa Senhora dos Mártires que incutia um forte simbolismo no lugar.

“(…) há situação baxa, mas planice tem boa horta; e espaçosa; abundante de frutos temporoins, a terra he muj frutífera porque tudo, o que nella se frabrica, produz com abundancia, com quatro fontes, e por isso consequência fertilizada de muitas agoas.” (Padre Jeronymo de Belém (1746) citado em Matias (2001)

A organização espacial do convento (imagem 28 e 29) reflete o programa de um convento mendicante, dando resposta não só às necessidades de vivência em comunidade, mas também ao programa ideológico de pobreza que professavam os frades franciscanos:



28 | Imagem aérea do convento, anexos agrícolas e respetivas coberturas. Identificação dos seus usos originais e/ou atuais:

- A – Claustro de dois pisos, sendo que no segundo piso localizavam-se os dormitórios e a enfermaria
- B – Igreja. No segundo andar localizava-se originalmente a hospedaria de apoio aos viajantes e posteriormente terá sido um dos três dormitórios e ainda a biblioteca
- C - Galilé
- D - Ala construída pela família Sampaio que destruiu a cozinha e um dos dormitórios. Neste local também deveria localizar-se o refeitório original, que estava já em ruína.
- E – Anexos agrícolas
- F – Cozinha regional exterior

(Matias, 2001)



29 | Imagem aérea do convento e anexos agrícolas

3.1.1 Enquadramento Legal

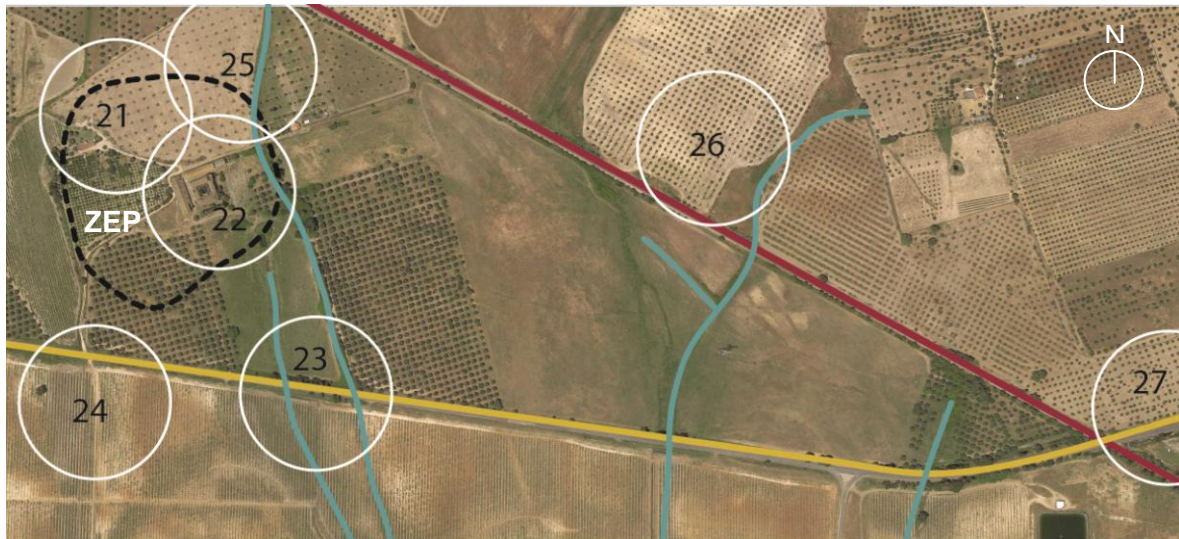
O Convento de São Francisco está classificado como Monumento de Interesse Público pela Portaria n.º 573/2011, de 30 de maio de 2011, DR 2.ª Série n.º 104. Como consequência dessa classificação foi-lhe atribuída uma Zona Especial de Proteção (ZEP) identificada na imagem 30. Desta forma, intervenções a realizar no imóvel devem ser sujeitas a um pedido de licenciamento e à prévia autorização da Direção Geral do Património Cultural.

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Alvito classifica o solo onde se insere a propriedade como “Solo Rural”, integrante na categoria “Espaços agrícolas de produção” e na subcategoria “Intensiva”. Desta forma o solo destina-se a funções produtivas diretamente relacionadas com o setor primário, não podendo ser alvo de ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades e vocações. A subcategoria “Intensiva” refere-se a solos que apresentam maiores potencialidades produtivas, englobando também os perímetros de rega previstos no subsistema do Alqueva. Pelo facto do destino destes terrenos implicar algum nível de artificialismo, inerente às técnicas de regadio, o PDM salienta a necessidade de intervenções paisagísticas que compensem esse constrangimento.

Quanto à edificação em solo rural, esta rege-se de forma a evitar edificações isoladas, devendo ser privilegiada a recuperação de edificações existentes. Novas construções devem destinar-se apenas ao apoio à atividade agrícola, pecuária ou florestal, devidamente comprovada.

A propriedade do “Monte do Convento” insere-se na Reserva Agrícola Nacional.

A propriedade é delimitada a norte pela Linha Ferroviária do Alentejo à qual se associa a zona *non aedificandi* (Decreto-lei n.º 276/2003, artigo 15.º). A sul, o limite da propriedade é condicionado pela presença da Estrada Nacional 257, que também possui uma zona de servidão *non aedificandi* (Decreto-lei n.º 13/94, de 15 de janeiro).



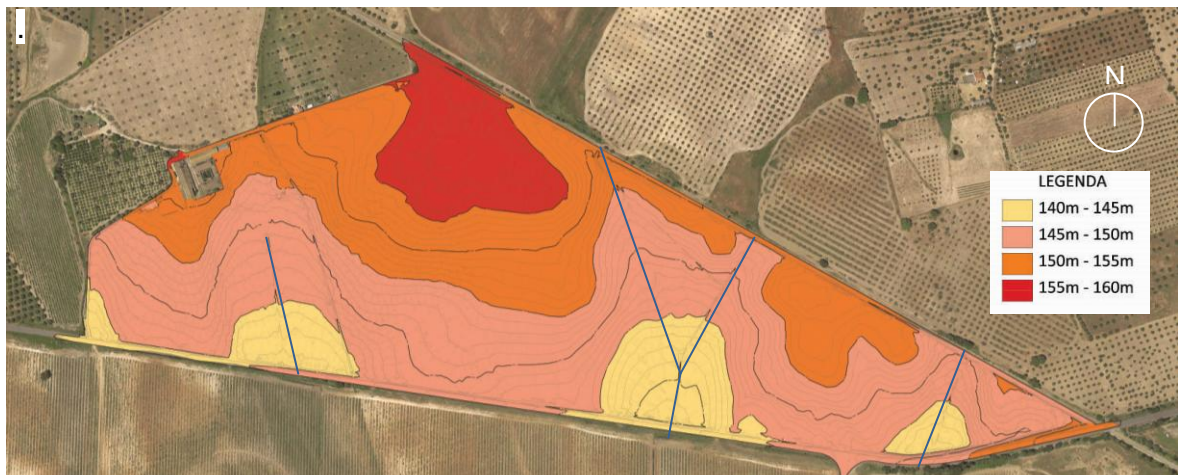
30 | Síntese das condicionantes apresentadas pelo PDM na proximidade da propriedade.
Património: 21 - Horta de São Francisco; 22 - Convento de São Francisco; 23 - Convento de São Francisco 2; 24 - Convento de São Francisco 3; 25 – Valameiros; 26 – Pavão; 27 - Estação CP Alvito. — Linha Ferroviária — Estrada Nacional 257 — ZEP

3.1.2 Caracterização do “Monte do Convento”

Topografia, Declives e Exposição Solar

A propriedade encontra-se entre as cotas 143,28m, no extremo sudeste e 157,00m, no extremo norte. De sul para norte a topografia da propriedade tende a aumentar suavemente, sob a forma de pequenas ondulações. A maioria da propriedade do “Monte do Convento” encontra-se entre as cotas 145,00m e 155,00m (imagem 31).

Os declives são, de forma geral, pouco acentuados, sendo que a maioria do terreno apresenta uma pendente entre os 3 e os 8% (imagem 32). As zonas mais declivosas correspondem aos taludes associados às linhas de água e ao talude que separa fisicamente a estrada nacional do interior da propriedade.



31 | Carta de Hipsometria da propriedade do Monte do Convento e identificação das linhas de água



32 | Carta de Declives da propriedade do Monte do Convento

Hidrografia e Estruturas Construídas

Nota: A leitura deve ser acompanhada da análise do “Anexo 2 – Situação existente – Estruturas construídas”

Na envolvente do convento vão surgindo diversas estruturas religiosas, hidráulicas e murárias.

Intimamente relacionada com o convento encontra-se a Ermida dos Reis, também designada Capela dos Reis (imagem 33).

“Dentro da estrutura simbólica da cerca conventual destaca-se a Ermida dos Reis, junto ao lago (...) que datará de 1560” (Matias, Susana. (2001) *O Espaço Conventual das Ordens Mendicantes*. Página 108)

A propriedade conta também com a presença de várias linhas de água, afluentes da Ribeira de Odivelas, que irrigam os terrenos da propriedade. Na proximidade dos edifícios, estão presentes várias estruturas hidráulicas, em ruínas e sem uso: uma fonte

de mergulho, uma nora (Imagem 34), um lago (Imagem 34), tanques de rega (Imagem 35) e várias passagens hidráulicas (Imagem 36).



33 | Ermida dos Reis, em ruínas



34 | Nora, Lago e Anexo, em ruínas



35 | Tanque de rega



36 | Passagem hidráulica

... a fonte dos Reis corre pera hum lago aonde se conserva grande quantidade de pexes para divertimento dos Religiosos". (Espanca, 1992, referido em Matias, 2001)

Na proximidade dos edifícios surge um conjunto de muros, entre os quais se destaca o muro que está na origem da plataforma onde se implantam os edifícios.

A propriedade conta com várias entradas, das quais se destaca a entrada principal, cujo acesso é realizado pela estrada nacional e onde tem início o caminho que atravessa a propriedade no sentido sul/norte com ligação direta ao convento. O limite da propriedade é feito por uma vedação composta por uma malha dividida em cinco partes e pontuada por prumos de madeira com cerca de 1,20m de altura.

No interior da propriedade existe ainda um poste de uma linha de alta tensão. A plantação de árvores e construção de infraestruturas implica uma distância de segurança e não pode entrar em contacto com os condutores e respetivos fios, como referido no Folheto de Servidão de Linhas de Transporte de Eletricidade publicado pela REN (Redes energéticas Nacionais).

Vegetação e Uso do solo

Nota: A leitura deve ser acompanhada da análise do “Anexo 3 – Situação existente – Uso do solo/vegetação”

Ao nível da vegetação destacam-se as manchas de olival de sequeiro (Imagem 37), que contam com a presença de 1089 exemplares saudáveis com cerca de 70 anos, distribuídos por 7.5 hectares. Em média, as oliveiras encontram-se espaçadas 8 metros, tanto entre linhas como na linha, apesar de se verificarem falhas pontuais nesta malha.

O restante espaço da propriedade é marcado pela presença de prados espontâneos. Junto às linhas de água surgem manchas arbustivas compostas principalmente por juncos (*Juncus effusus*) e silvas (*Rubus ulmifolius*).

Na proximidade do edifício do convento encontram-se várias romãzeiras (*Punica granatum*), um loureiro (*Laurus nobilis*) e uma figueira (*Ficus carica*). Surge ainda um conjunto de exemplares de sobreiro (*Quercus suber*) perto do limite com a linha de caminho-de-ferro. Verifica-se também, a existência de vários exemplares arbóreos mortos: seis palmeiras (*Phoenix canariensis*) que enquadravam o edifício e quatro choupos (*Populus nigra*). Ao longo do limite da propriedade existe uma bordadura vegetal composta por freixos (*Fraxinus angustifolia*), que vão dando lugar a oliveiras (*Olea europaea*), cupressos (*Cupressus* sp.) sobreiros (*Quercus suber*) e pinheiros mansos (*Pinus pinea*). Estes exemplares arbóreos vão sendo acompanhados por loendros (*Nerium oleander*), medronheiros (*Arbutus unedo*), carolina de jardim (*Coronilla valentina*) e aroeira (*Pistacia lentiscus*). Na interseção entre a estrada nacional e a linha de caminho-de-ferro a bordadura atinge o seu máximo, tanto a nível de composição como de densidade (Imagem 38). Ao longo do limite norte da propriedade, a bordadura vegetal é mais constante mas menos diversa.

Ao nível do solo encontram-se diversos afloramentos graníticos, principalmente nas zonas de prado entre os olivais.



37 | Olival



38 | Vegetação no limite sul da propriedade

Analizadas as características da propriedade, verifica-se que o seu valor é elevado, não só pela presença do convento, mas também pela riqueza de estruturas hidráulicas e linhas de água que vão pontuando o espaço e ainda pela presença dos olivais enquanto vestígios de paisagens culturais já antigas e tipicamente mediterrâneas. No entanto, o estado atual de conservação dos elementos construídos é muito deficiente, merecendo uma intervenção que reafirme as suas particularidades e valor patrimonial.

Os inúmeros elementos hidráulicos que vão surgindo pela propriedade, aparentemente, não apresentam ligações entre si e estão distribuídos com orientações muito distintas, não havendo uma linguagem comum. Ao nível vegetal grande parte da propriedade não se encontra potenciada, dominando os prados espontâneos não pastoreados e que geram oportunidade para integrar novos usos. A vegetação arbórea resume-se aos olivais facto que não confere diversidade nem um ambiente confortável para percursos pedonais na propriedade.

3.2 Programa Base de Intervenção

O programa apresentado pelo cliente tem como principais diretrizes:

- Manutenção do olival existente com possível intensificação da sua exploração;
- Plantação de 15 hectares de vinha, com diferentes castas;
- Criação de percursos por toda a propriedade associados a zonas de estadia dedicadas, nomeadamente a provas de vinho;
- Existência de uma área de estacionamento capaz de receber carga significativa no caso da realização de eventos na propriedade;
- Criação de espaços de grandes dimensões para a realização de eventos no exterior;
- Adaptação do convento para habitação própria e a criação de quartos para hóspedes;
- Criação de compartimentos recreativos (ginásios, spa, piscina interior...);
- Construção de uma piscina exterior;
- Construção de uma adega de apoio à exploração vitivinícola;

Analisado o programa do cliente, em conjugação com os conhecimentos adquiridos na fase de levantamento, surge a necessidade de realizar algumas adaptações ao programa, no sentido de garantir a sua viabilidade e o sucesso da proposta.

Considerando as características atuais dos olivais, decidiu-se não intensificar a sua exploração optando apenas pela colmatação das falhas existentes na malha atual.

Pelo facto de a propriedade se encontrar bastante fragmentada devido às pré-existências (olivais, linhas de água, estruturas hidráulicas, etc.) a área sobran­te não será suficiente para a planta­ção de 15 hectares de vinha, sem com isso comprometer esses mesmos elementos e ainda a rede de percursos desejada pelo proprietário.

Prevê-se que os restantes elementos sejam implementados e até potenciados.

4. Proposta de Intervenção para o “Monte do Convento”

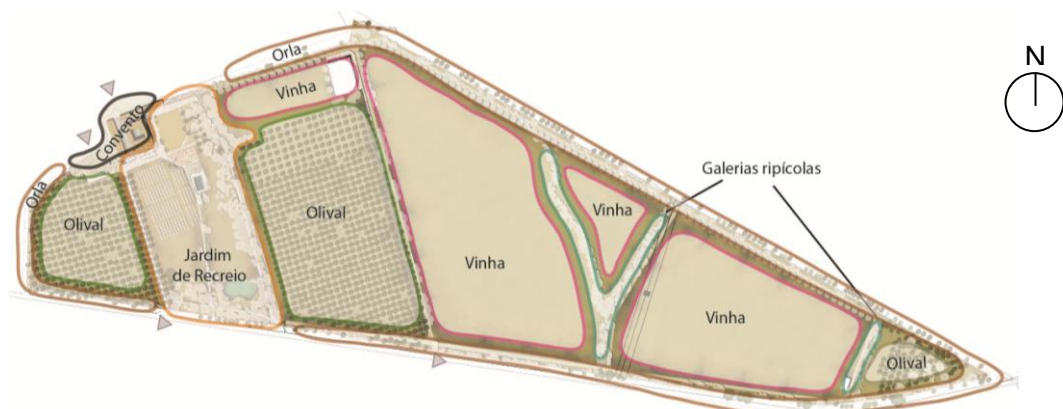
A seguinte memória descritiva diz respeito à proposta de intervenção para o Monte do Convento, em fase de estudo prévio.

Nota: A leitura deve ser acompanhada da análise do “Anexo 4 – Proposta – Plano geral, Alçado e Esquemas” e do “Anexo 5 – Proposta – Simulações”



39 | Plano geral para o Monte do Convento (sem escala definida)

A proposta elaborada procura, para além de responder ao programa base, respeitar as pré-existências, sem nunca esquecer a vocação dos terrenos em questão. Desta forma a componente agrícola continua a desempenhar o papel principal na propriedade, agora acentuado pela introdução da exploração vitivinícola. A componente recreativa, ainda que presente por toda a propriedade, conta com uma área exclusiva de 3 hectares, o Jardim de Recreio. A imagem 40 ilustra o zonamento proposto para o “Monte do Convento”.



40 | Zonamento da proposta de intervenção com identificação do convento, das manchas de vinha, olival, orla, galerias ripícolas, jardim de recreio e entradas (sem escala definida)

Entradas

O Monte do Convento conta com quatro entradas, duas a partir da estrada nacional, e duas a partir do limite norte (Imagem 40).

A entrada principal, a sudoeste, e respetivo caminho pretendem estabelecer a ligação direta ao

convento. Apesar de coincidir com o seu local atual propõe-se a sua formalização, através da substituição do portão pela construção de uma entrada murada, com recurso a pedra local, rebocada e caiada. O percurso que aqui se inicia será para trânsito pedonal e automóvel facto que justifica a sua largura de 4 metros. Este acesso destaca-se dos

restantes uma vez que percorridos

os primeiros metros, apenas se visualiza o atual anexo agrícola, permitindo a experiência de um ambiente rural e característico da região. Gradualmente vai sendo revelado o edifício conventual, ao qual se chega ao fim de 200 metros percorridos. No final do percurso o utilizador encontra um pátio de receção que permite, a poente, a entrada no estacionamento, com capacidade para cerca de 20 viaturas e, a nascente, a chegada ao convento. Ao nível da vegetação este percurso inicia-se no interior do olival, onde entre cada oliveira será plantado um cipreste (imagem 41). Desta forma, usufrui-se de vegetação já desenvolvida para enquadrar o percurso que, ao longo do tempo, irá sendo reforçado pela silhueta das coníferas.

A segunda entrada, também a sul, permite a entrada de veículos e máquinas agrícolas diretamente até à adega. A sua localização visa o aproveitamento de um portão pré-existente. Tendo em conta as dimensões das máquinas agrícolas, este percurso apresenta 5 metros de largura.



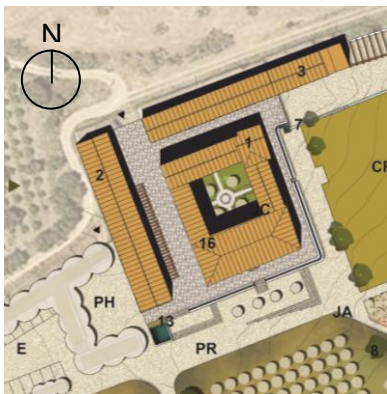
41 | Simulação – Alameda de entrada na propriedade
(Situação existente/Situação proposta)

Os dois acessos restantes, a norte, permitem o acesso ao conjunto de edifícios, sem se atravessar a propriedade, ou seja, utilizando o estradão que contorna a propriedade a poente.

Convento de São Francisco

Tendo em conta a proteção legal do Convento de São Francisco e de acordo com Decreto-Lei n.º 149/2009 de 15 de Junho, relativo à salvaguarda do património cultural imaterial, qualquer intervenção a realizar num imóvel e na sua área de proteção, deve ser antecedida da realização de uma avaliação das características técnicas e do seu estado de conservação.

No âmbito do projeto realizado pelo Atelier do Beco da Bela Vista já se encontram a decorrer estudos arqueológicos na propriedade, tendo-se confirmado a presença de vestígios de ocupação romana nas proximidades do convento. No entanto, não existindo ainda um projeto de arquitetura para os referidos edifícios, que esteja de acordo com os resultados obtidos nos estudos arqueológicos decidiu-se que o projeto de arquitetura deverá ocorrer apenas nas áreas de implantação atuais, evitando assim mobilizações de solo significativas que comprometam outras áreas nas quais existe a possibilidade de ocorrência de achados arqueológicos. Ainda assim, deverá ser feita uma intervenção ao nível da arquitetura que se aproxime da organização espacial do convento original. Desta forma considerou-se que a cozinha e a sala de refeições estarão na ala sul, enquanto que os quartos ficarão no piso superior. Define-se também, que o anexo agrícola (2) será adaptado para quartos de hóspedes, facto que justifica a área de estadia contígua ao edifício (PH) cujo destino é oferecer aos hóspedes um espaço exterior mais íntimo perto dos seus quartos (imagem 42). Propõe-se a construção de um canteiro sobrelevado entre o estacionamento (E) e o pátio minimizando a presença dos veículos perante os



42| Excerto do Plano Geral da
área correspondente aos edifícios

utilizadores do pátio. Por sua vez os anexos a norte (3) serão ocupados por compartimentos recreativos e de carácter social aproximando-se também do espaço exterior dedicado a esse fim, como será descrito adiante.

A plataforma onde se localizam os três edifícios será pavimentada com lajes de mármore de Estremoz.

No jardim do claustro (JC) será recuperado o elemento de água central e construído um caminho na sua envolvente que permite a ligação com as quatro entradas

no edifício conventual. No centro dos quatro canteiros serão plantadas quatro laranjeiras e sebes formais de murta (*Myrtus communis*).

A sul do edifício conventual, surge um pátio de receção (PR) organizado em plataformas, vencendo o elevado declive atual e permitindo a criação de uma área pavimentada, marcada pela plantação de quatro ciprestes na frente do convento. (Imagem 43)



43 | Alçado do pátio de receção ao convento e pormenores altimétricos (sem escala definida)

A geometria utilizada para o desenho destes novos espaços encontra-se em concordância com as linhas do convento que, pela sua verticalidade marcam a propriedade. Desta forma todo o desenho proposto visa organizar e ordenar o espaço cuja linha orientadora original se terá perdido.

Jardim de recreio

Os 3 hectares que surgem entre os dois olivais são reservados para a componente recreativa (imagem 44). A norte, surge uma clareira (CR), de apoio aos edifícios, em particular ao edifício destinado à componente social (3). Contrariamente às restantes clareiras, esta será a única a ser regada e cortada regularmente.

Como foi analisado ao longo do trabalho, a água é um elemento chave, raro, e por isso precioso. Os rios e seus afluentes foram desenhando a paisagem alentejana, tal como as estruturas hidráulicas desempenharam o seu papel na organização das quintas de recreio e cercas conventuais. Neste jardim também será a água a desenhar este espaço, através da criação de um circuito de água que se desloca ao longo de um canaleta. Este elemento deverá ser construído sobre uma estrutura em alvenaria de pedra, revestido em

tijoleira (14). Este circuito inicia-se num reservatório de água (13) junto ao convento, segue acompanhando todo o muro que o separa do jardim, indo de encontro ao primeiro tanque (7). Posteriormente, chega à clareira (CR) através de um conjunto de plataformas que permitem controlar a velocidade da água dando origem a um espelho de água contínuo e discreto onde o som das pequenas quedas de água confere novas sensações ao espaço (Imagem 44). De seguida, o canaleta corre de encontro à fonte de mergulho (9) e posteriormente desvia a sua orientação para o segundo tanque (8), terminando o seu percurso após passar o antigo tanque de rega (12), voltando aí a ser bombada para o local de origem e retomando o seu circuito.



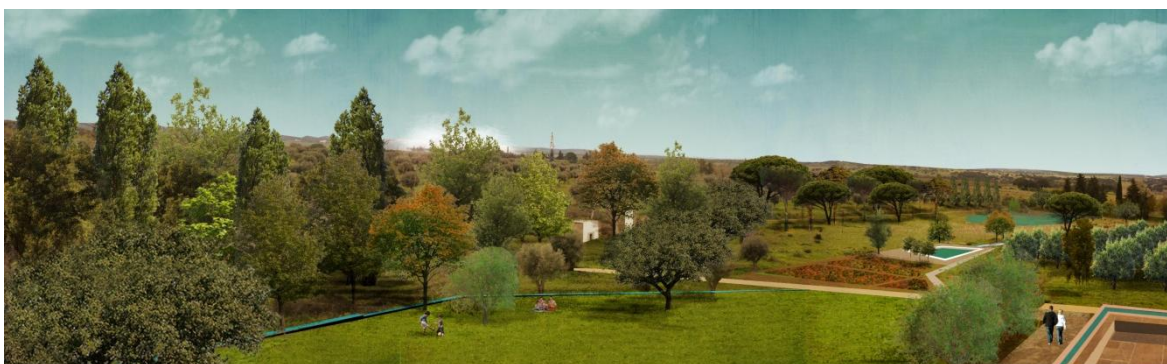
44 | Excerto do Plano Geral, correspondente ao Jardim de Recreio

No seu percurso, o canaleta integra todas as estruturas de hidráulica pré-existent, dando-lhes um novo uso e uma linguagem comum. O seu desenho relaciona-se ainda com a clareira contígua ao convento (CR), a Horta (H), o Jardim de Aromáticas (JA) e o Pomar (P), todos visíveis na Imagem 46. A divisão do pomar de regadio em parcelas permite a sua organização por espécies: laranjeiras (P1), limoeiros (P2), romãzeiras (P3), noqueiras (P4) e amendoeiras (P5). O grande tanque pré-existente será adaptado a piscina (12), uma vez que a sua função enquanto equipamento de armazenamento de água para rega será substituído por outra estrutura, referida adiante. A piscina conta com uma zona de estadia em granito, cujo

desenho procura integrar o elemento de água nas novas linhas orientadoras.

Tendo em conta o peso que a componente agrícola terá no monte, propõe-se a instalação de uma charca (15) para armazenamento de água para a rega da vinha e outros espaços de regadio (Imagens 45 e 46). A sua multifuncionalidade permitirá adicionar, ao lugar, interesse sensorial e criar um ambiente mais fresco na sua proximidade. Para a enquadrar paisagisticamente será plantada uma mata (M) que se inicia na entrada principal da propriedade, envolve a charca e estende-se para norte incorporando a capela dos Reis (6), o lago (10) e a nora (11), entretanto recuperados. No

interior da mata, é criado um percurso com cerca de 600m, aproveitando o ambiente mais fresco e ensombrado. Relativamente à composição vegetal, a mata será dominada por espécies arbóreas autóctones.



45 | Simulação – Vista a partir do 1º andar do convento. Visualiza-se a clareira de prado regado, a horta , a piscina , a charca e a mata composta por pinheiros, sobreiros, azinheiras e vegetação ripícola perto da linha de água (Situação existente/Situação proposta)



46 | Simulação – Vista da charca para o convento, pomar e mata (Situação existente/Situação proposta)

As clareiras de sequeiro (CS) que surgem entre os espaços previamente referidos possibilitam a realização de atividades de maior movimento e ainda a organização de eventos sociais.

A relação com a restante parte da propriedade, onde a componente produtiva é assumida como linha orientadora, é realizada, a sul, pela mata que se funde com o olival, e a norte, através de uma pérgula coberta com vinha (16) (imagem 47). Esta estrutura inicia-se junto à cozinha regional exterior, entretanto recuperada, e estende-se até à primeira mancha de vinha, funcionando como elemento de transição. A sua construção deve recorrer a pedra local aplicada sob a forma de alvenaria de pedra argamassada, rebocada e caiada.



47 | Simulação – Vista para o convento, clareira, canaleta em plataformas e pérgula (situação existente/situação proposta)

Olivais

A proposta para os olivais existentes, cujos exemplares se encontram em boas condições fitossanitárias, passa apenas pela realização de uma poda de arejamento e pela colmatação das falhas existentes na malha através da transplantação de exemplares dispersos na propriedade.

Vinha

Para os espaços atualmente dominados por prados espontâneos, principalmente entre as manchas de olival, propõe-se a plantação de 12 hectares de vinha com espaçamento de 2.5 metros na entre-linha e 1 metro na linha. O valor total de vinha foi definido pelo equilíbrio estabelecido entre a parte produtiva e recreativa, sendo necessário reservar espaço para os percursos e áreas de estadia mencionadas no programa. Tendo em conta os objetivos produtivos definidos pelo cliente o espaço contará ainda com a construção de uma adega (4), localizada na cota mais alta da propriedade que permite visibilidade para toda a área. Propõe-se ainda a localização de um armazém de equipamento agrícola (5). O desenho das grandes manchas de vinha foi condicionado pelas pré-existências (ribeiras e olivais) mas também por questões de carácter funcional, nomeadamente ao nível da circulação das máquinas agrícolas, estabelecendo-se uma faixa de 8 metros entre a vinha e qualquer outro elemento que surja na sua proximidade (caminhos, adega, linhas de água, poste de eletricidade e armazém agrícola) (ver imagem 50).

Numa fase posterior, e em conjugação com um especialista, deverão ser definidas as castas que compõem a vinha podendo então ser introduzido um novo desenho de caminhos secundários que permitam a circulação por entre a vinha, mostrando ao utilizador as diferentes castas.

Galerias ripícolas

Dada a existência de várias linhas de água ao longo da propriedade, propõe-se a criação de galerias ripícolas (imagem 48) ao longo do seu traçado. Procura-se que estas espécies forneçam sombras frescas contribuindo para o conforto bioclimáticos dos vários percursos existentes sobre as suas copas. Na proximidade destes ambientes vão sendo propostas pequenas clareiras para áreas de estadia e recreio, nomeadamente para provas de vinho. Estes espaços visam também o aumento da biodiversidade e a tentativa

de compensar o artificialismo dos espaços de regadio na envolvente, como prevê o Plano Diretor Municipal de Alvito.



48 | Simulação – Galeria ripícola e passagem hidráulica (Situação proposta/Situação existente)

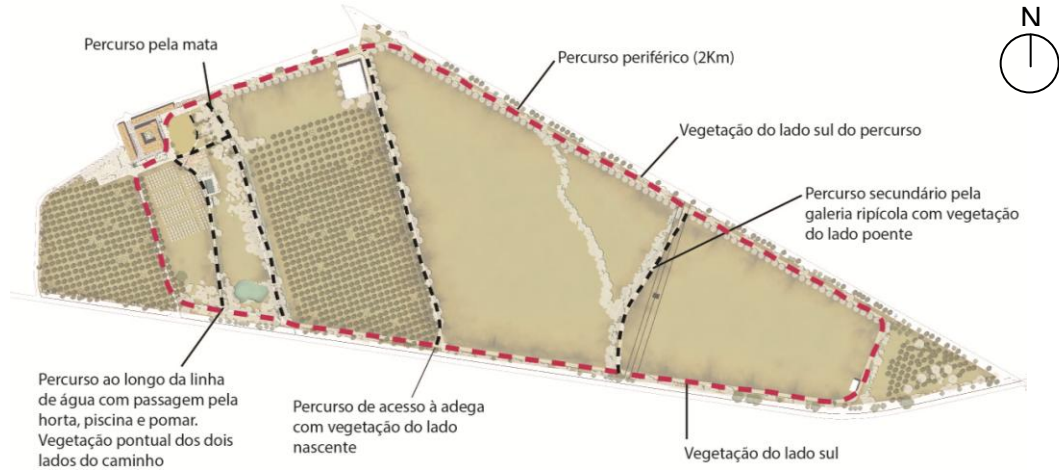
Circulação na propriedade

A relação entre a componente produtiva e o carácter recreativo reflete-se na criação de diversos percursos. Na periferia da propriedade surge um caminho com cerca de 2 Km de extensão, com 5 metros de largura e ângulos de curvatura adaptados à passagem de maquinaria (Imagem 49).

No sentido de criar percursos alternativos propõe-se a criação de caminhos ao longo das ribeiras e olivais surgindo, assim, várias opções de percursos que atravessam a propriedade no sentido norte/sul.

A vegetação proposta ao longo dos caminhos visa mitigar as questões relacionadas com o desconforto climático sentido no verão. Assim, a localização das plantações em

relação aos caminhos varia com o objetivo de criar percursos adequados a diferentes alturas do dia (Imagem 49).

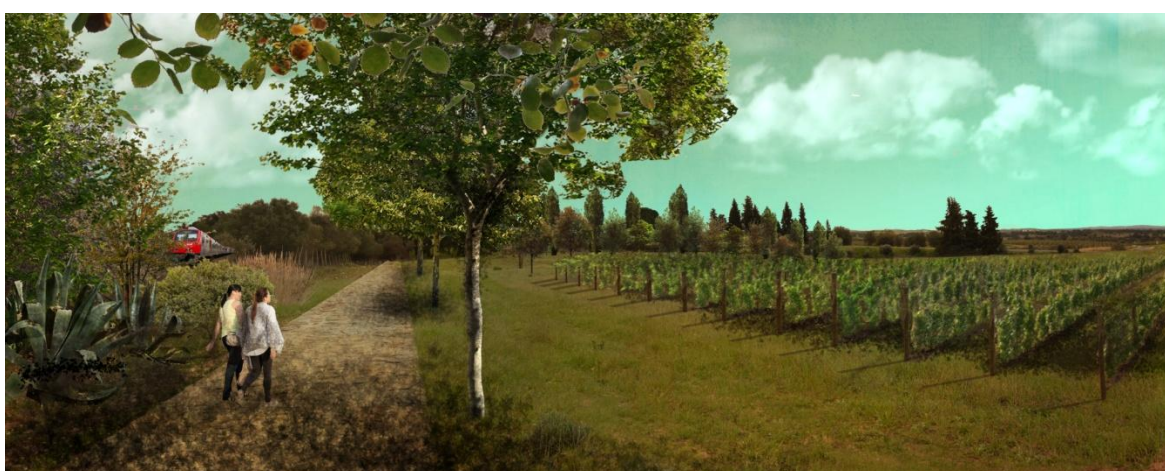


49 | Esquema de circulação na propriedade e relação entre a vegetação e os percursos.

Nos momentos de interseção dos percursos com as linhas de água serão propostos passadiços, com capacidade para passagem de máquinas agrícolas.

Os caminhos presentes nas zonas agrícolas serão construídos em saibro e, dada a sua dimensão, propõe-se que a drenagem seja feita a partir do centro, direcionando a água para as valas laterais que acompanham o caminho. Por sua vez, os caminhos do jardim de recreio serão em calçada irregular de granito ou xisto, de acordo com a disponibilidade local. Tendo em conta a presença de afloramentos rochosos em zonas onde serão necessárias mobilizações de terreno, nomeadamente para a posterior instalação da vinha, a origem da pedra para a calçada deverá resultar destas ações, recorrendo assim a pedra local.

Ao longo do percurso periférico (imagem 50), será criada uma orla arbórea e arbustiva desenhada em conjugação com a vegetação existente, tanto no interior da propriedade como no exterior. A sua composição constará de espécies arbóreas e arbustivas autóctones, com valor ornamental e ainda promotoras de biodiversidade. Destaca-se na sua composição a integração de espécies como a figueira da índia e a piteira, ainda que não autóctones, mas características das sebes que limitam os montes alentejanos. No caso do percurso realizado a sul, a orla funcionará também como atenuador do ruído provocado pela nacional 257.



50 | Simulação - Percurso periférico (Situação existente/Situação proposta)

Como referido anteriormente a propriedade encontra-se sob proteção patrimonial, sendo que a proposta aqui descrita prevê o respeito por esse mesmo património, minimizando aterros e escavação mas procurando atingir um equilíbrio para que seja possível oferecer ao proprietário um espaço do qual possa usufruir com qualidade. Antes de qualquer intervenção no espaço deverá então ser realizado um licenciamento e aprovação da proposta, bem como estudos arqueológicos.

Tendo em conta o estado da vegetação atual e do solo, uma primeira fase de projeto deve considerar a limpeza de vegetação seca e a mobilização do solo nas áreas dedicadas à vinha.

5. Conclusões

A paisagem Alentejana, altamente transformada pelo Homem, é marcada pelas extensas propriedades agrícolas que se vão distribuindo pela vasta planície. O impacto da componente agrícola na região ao longo dos tempos, chegou mesmo a transformá-la no “celeiro do país”. Neste contexto, surge o *Monte Alentejano*, enquanto tipologia de povoamento, que não só caracteriza mas também compõe a paisagem em questão. Apesar do seu objetivo comum, os diferentes *montes*, variam ao nível da composição e complexidade, uma vez que albergam no seu interior a componente habitacional e a agrícola. No entanto as questões funcionais relativas à produção agrícola marcam e definem o desenho da maioria destes espaços. A região de Alvito beneficia de uma posição central neste ritmo de extensas propriedades agrícolas.

A proposta para o Monte do Convento resulta da oportunidade ideal para a conjugação da vertente produtiva e recreativa à semelhança do que aconteceu nas Quintas de recreio. Assim, procurou-se implementar soluções que respeitem e se identifiquem com a paisagem, como por exemplo: tipologias de vegetação, organização espacial e ainda materiais e respetivas técnicas construtivas. Elaborada a proposta para o Monte do Convento, foi dada resposta a todas as diretrizes indicadas pelo cliente.

6. Referências Bibliográficas

Associação dos Arquitetos Portugueses, (1980) *Arquitetura Popular em Portugal*. (2ª edição). Lisboa: Associação dos Arquitetos Portugueses.

Abreu, A; Correia, T.; Oliveira, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. DGOTDU

Amaral, M. (1941). *O Alentejo na sua vida e na sua história*.

Araújo, I. (1962). *A arte paisagista e a arte dos jardins em Portugal*. Lisboa : Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo

Baganha, J. (2016). *A Arquitetura Popular dos Povoados do Alentejo*. Lisboa: Edições 70

Cabral, F; Telles, G. (2005). *A Árvore em Portugal*. (2ª edição). Lisboa: Assírio & Alvim

Carapinha, A. (1995). *Da essência do jardim português*, Dissertação de Doutoramento: Universidade de Évora

Carapinha, A. (2014). *The guardian of the Mediterranean matrix – the Portuguese garden*. Gardens & Landscapes of Portugal, Mediterranean Garden Society, nr. 2.

Carita, H. (1987), *Tratado de Grandeza dos Jardins de Portugal*. Lisboa: Edição dos Autores

Casella, G. (2003), *Gramática de Pedra – Levantamento de Tipologias de Construção*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais

Ferreira, D. (2001) *A evolução da paisagem de montado no Alentejo interior ao longo do século XX: dinâmica e incidências ambientais*. Finisterra XXXVI

Fortes, M. (2008), *A Xestión Da Auga Na Paisaxe Romana Do Occidente Peninsular*; Dissertação de doutoramento: Universidade de Santiago de Compostela

Gaspar, J. (1993), *As regiões portuguesas*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Regional

Matias, S. (2001). *O Espaço Conventual das Ordens Mendicantes – O Convento de Nossa Senhora dos Mártires*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Évora

Mestre, V. (2007). *O monte alentejano, uma identidade de raízes ancestrais: contributos para o seu conhecimento e permanência*. In Lança, M., *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*. Beja: Museu da Luz

Miguel, C. (2014). *Contributo para a salvaguarda e valorização da Paisagem Rural Caso de Estudo da Herdade do Pereiro* (Marvão – Alentejo), Tese de Mestrado: Universidade de Lisboa

Moutinho, M.(1979). *A Arquitetura Popular Portuguesa*. Lisboa: Editorial estampa

Oliveira, E.; Galhano, F. (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote

Proença, R. (1938). *Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo, Algarve*, Vol II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Reis, M. (2002). *O monte alentejano: a sua transformação no século XX*. Associação de Estudos Rurais, Universidade Nova de Lisboa

Ribeiro, O. (1945), *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa

Ribeiro, O. (1968) *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa: Fundação Calouste de Gulbenkian

Ribeiro, O.; Lautensach, H.; Dauveaus, S. (2004), *Geografia de Portugal I - A Posição geográfica e o Território* (6ª edição); Lisboa: Sá da Costa

Silva, I. (2001). *Historic anthropogenic factors shaping the rural landscape of Portugal's interior Alentejo*. Tese de doutoramento, Universidade de Arizona

Silva, A. (2007). *O monte alentejano – alguns contributos para uma perspectiva arqueológica*. In Lança, M. *Olhar o Monte Alentejano a pretexto do Alqueva*. Beja: Museu da Luz

Teles, S. (2013), *Habitar a paisagem Alentejana - A particularidade do Monte*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade de Évora

Tereno, M., Pereira, M.; Tereno, A. *Implantação e arquitectura de conventos franciscanos e seu enquadramento paisagístico no distrito de Évora*. Universidade de Évora

Valério, A., (1993), *Alvito – O espaço e os Homens*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Lisboa

Xavier, A. (2004). *Das Cercas dos Conventos Capuchos - Província da Piedade*. Évora: Casa do Sul;

Plano Diretor Municipal de Alvito (Junho de 2014)

Áreas de Reabilitação Urbana de Alvito (25 de Junho de 2015)

Folheto de Servidão de Linhas de Transporte de Eletricidade publicado pela REN (Redes energéticas Nacionais)

WEBGRAFIA

<http://www.apambiente.pt>

<http://hortadopadre.blogspot.pt/>

<http://www.patrimoniocultural.pt/>

<http://www.cm-alvito.pt/>

<http://www.oficinasdoconvento.com/>

<http://www.aniet.pt/revista-portugal-mineral>

7. Anexos

Anexo 1 – Paisagem da região de Alvito

Anexo 2 – Situação existente – Estruturas construídas

Anexo 3 – Situação existente – Uso do solo/vegetação

Anexo 4 – Proposta – Plano geral, Alçado e Esquemas

Anexo 5 – Proposta – Simulações